EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2011 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua José Guerra, 127
04719-030 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: +55 (11) 5186-1000
Fax: +55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras, e consideradas informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

© 2012 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 31/12/2011	Controladora (BR GAAP) 31/12/2010	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2010
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	87.066	370.287	604.551	872.654
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	30.106	29.800
Clientes	7	-	-	176.505	127.722
Tributos a recuperar	8	13.620	12.288	27.403	21.851
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		133.157	4.787	-	-
Despesas antecipadas	9	96	-	8.503	6.995
Outros créditos		259	884	30.564	9.460
Total do ativo circulante		234.198	388.246	877.632	1.068.482
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	37.201	-
Tributos diferidos	16.a)	-	-	68.444	72.937
Depósitos judiciais	10	9.116	8.398	25.242	14.528
Ativos indenizatórios	11	-	-	2.870	2.870
Partes relacionadas - clientes	22	36	33	-	260
Outros créditos		-	-	6.383	3.882
Despesas antecipadas	9	-	-	410	1.378
Investimentos:					
Em controladas	12	1.407.312	1.155.488	10	-
Ágio	12	246.040	246.848	-	-
Propriedades para investimento	13	-	-	51.603	43.599
Imobilizado	14	4.932	2.657	287.933	218.694
Intangível	15	92	88	2.798.709	2.739.146
Total do ativo não circulante		1.667.528	1.413.512	3.278.805	3.097.294
TOTAL DO ATIVO		1.901.726	1.801.758	4.156.437	4.165.776

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 31/12/2011	Controladora (BR GAAP) 31/12/2010	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2010
CIRCULANTE					
Fornecedores		2.088	1.229	131.851	97.202
Contas a pagar - aquisição de empresas	18	-	-	-	88.025
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	161.120	450.241
Arrendamento mercantil financeiro	20	-	-	2.016	1.344
Debêntures	21	-	-	378.634	316.995
Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	316	25	21.566	21.757
Obrigações sociais e trabalhistas	26	5.505	4.849	30.354	28.663
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	259	281
Partes relacionadas - fornecedores	22	-	-	1.787	400
Credor pela concessão	25	-	-	17.082	15.205
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	20.152	15.266
Dividendos a pagar		-	3.310	-	3.310
Provisão para manutenção	23	-	-	38.286	24.337
Provisão para construção de obras futuras	24	-	-	12.527	10.143
Outras contas a pagar		9.080	8.365	46.296	39.802
Total do passivo circulante		16.989	17.778	861.930	1.112.971
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	189.187	123.505
Arrendamento mercantil financeiro	20	-	-	641	1.549
Debêntures	21	-	-	944.565	877.686
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	2.710	3.286
Outras contas a pagar		-	-	4.952	6.769
Tributos diferidos	16.a)	2.677	2.777	24.430	17.629
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	27	-	-	52.634	47.679
Provisão para manutenção	23	-	-	133.259	120.517
Provisão para construção de obras futuras	24	-	-	1.929	6.886
Credor pela concessão	25	-	-	55.099	59.432
Total do passivo não circulante		2.677	2.777	1.409.406	1.264.938
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	28.a)	1.320.549	1.320.549	1.320.549	1.320.549
Reserva de lucros - legal	28.e)	90.751	71.600	90.751	71.600
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital	28.f)	388.105	215.747	388.105	215.747
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	28.g)	51.431	142.158	51.431	142.158
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	28.i)	31.224	31.149	31.224	31.149
Atribuído à participação dos acionistas controladores		1.882.060	1.781.203	1.882.060	1.781.203
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio das controladas		-	-	3.041	6.664
Total do patrimônio líquido		1.882.060	1.781.203	1.885.101	1.787.867
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.901.726	1.801.758	4.156.437	4.165.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP) 31/12/2011	Controladora (BR GAAP) 31/12/2010	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2011	Consolidado (IFRS e BR GAAP) 31/12/2010
RECEITA LÍQUIDA	30	-	-	1.827.371	1.427.608
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	31	-	-	(810.823)	(623.618)
LUCRO BRUTO		-	-	1.016.548	803.990
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	31	(41.393)	(38.046)	(228.100)	(132.323)
Resultado de equivalência patrimonial	12	401.588	344.979	(180)	-
Outras receitas (despesas), líquidas		52	239.399	-	297.778
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		360.247	546.332	788.268	969.445
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	32	30.350	59.078	107.329	90.551
Despesas financeiras	32	(3.129)	(1.956)	(290.409)	(290.011)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		387.468	603.454	605.188	769.985
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	16.c)	(4.551)	(10.382)	(207.794)	(165.140)
Diferidos	16.c)	100	(2.777)	(9.828)	(10.806)
		(4.451)	(13.159)	(217.622)	(175.946)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		383.017	590.295	387.566	594.039
ATRIBUÍVEL A					
Participação dos acionistas controladores		383.017	590.295	383.017	590.295
Participação dos acionistas não controladores		-	-	4.549	3.744
		383.017	590.295	387.566	594.039
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R$) - BÁSICO	33	0,69	1,12	0,69	1,12
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R$) - DILUÍDO	33	0,68	1,12	0,68	1,12

Resultados abrangentes:
A Companhia não possui transações que requeiram a apresentação da demonstração do resultado abrangente nos exercícios corrente e anterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R$, exceto o valor por ação)

		Atribuível aos acionistas da controlada								
			Reserva de capital	Reservas de lucros					Participação dos acionistas	
	Nota explicativa	Capital social	Plano de opção com base em ações	Legal	Dividendos adicionais propostos	Orçamento de capital	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas controladores (BR GAAP)	não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido consolidado (IFRS e BR GAAP)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		466.699	-	44.203	150.099	-	(42.357)	618.644	3.088	621.732
Efeito de participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(168)	(168)
Aumento de capital		874.000	-	-	-	-	-	874.000	-	874.000
Custos de captação		(20.150)	-	-	-	-	-	(20.150)	-	(20.150)
Plano de opção com base em ações		-	324	-	-	-	-	324	-	324
Realização da reserva de retenção de lucros:										
Dividendos distribuídos (R$0,21 por ação)		-	-	-	(119.989)	-	-	(119.989)	-	(119.989)
Dividendos distribuídos (R$0,06 por ação)		-	-	-	(30.110)	-	-	(30.110)	-	(30.110)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	590.295	590.295	3.744	594.039
Destinação do lucro:										
Reserva de capital		-	30.825	-	-	-	(30.825)	-	-	-
Reserva legal		-	-	27.397	-	-	(27.397)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital		-	-	-	-	215.747	(215.747)	-	-	-
Constituição para reserva de dividendos		-	-	-	142.158	-	(142.158)	-	-	-
Dividendos intermediários pagos (R$0,21 por ação)		-	-	-	-	-	(117.327)	(117.327)	-	(117.327)
Juros sobre o capital próprio (R$0,02 por ação)		-	-	-	-	-	(11.174)	(11.174)	-	(11.174)
Dividendos obrigatórios complementares (R$0,01 por ação)		-	-	-	-	-	(3.310)	(3.310)	-	(3.310)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		1.320.549	31.149	71.600	142.158	215.747	-	1.781.203	6.664	1.787.867
Efeito de participação de acionistas não controladores nas controladas		-	-	-	-	-	-	-	(8.172)	(8.172)
Ações em tesouraria	28.h)	-	(2.011)	-	-	-	-	(2.011)	-	(2.011)
Plano de opção com base em ações	28.h)	-	2.086	-	-	-	-	2.086	-	2.086
Dividendos distribuídos (R$0,25 por ação)	28.g)	-	-	-	(142.157)	-	-	(142.157)	-	(142.157)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	383.017	383.017	4.549	387.566
Destinação do lucro:						-				
Reserva legal	28.e)	-	-	19.151	-	-	(19.151)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros - orçamento de capital	28.f)	-	-	-	-	172.358	(172.358)	-	-	-
Dividendos intermediários pagos (R$0,25 por ação)	28.g)	-	-	-	-	-	(140.078)	(140.078)	-	(140.078)
Constituição para reserva de dividendos	28.g)	-	-	-	51.430	-	(51.430)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		1.320.549	31.224	90.751	51.431	388.105	-	1.882.060	3.041	1.885.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	387.468	603.454	605.188	769.985
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	999	850	168.230	140.445
Amortização de ágio	295	221	-	-
Plano de ação com base em ações	2.086	324	2.086	324
Baixa do ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimento	-	-	5.096	5.511
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	236.280	223.755
Variação monetária com o Poder Concedente	-	-	9.548	29.773
Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, depósitos judiciais e atualização monetária	-	-	27.868	20.984
Constituição da provisão para manutenção e provisão para construção de obras	-	-	80.192	64.153
Atualização monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras	-	-	16.304	17.568
Receita sobre títulos e valores mobiliários	-	-	(1.673)	(1.624)
Ágio em controlada	-	-	-	(239.015)
Investimentos em controladas	-	(569.452)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(401.588)	(344.979)	-	-
Impostos diferidos	-	-	1.466	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Clientes	-	-	(48.783)	(17.022)
Partes relacionadas - clientes	(3)	-	260	-
Tributos a recuperar	(1.332)	(8.003)	(5.552)	(14.917)
Despesas antecipadas	(96)	118	(1.508)	60
Depósitos judiciais	(718)	(532)	(10.714)	(577)
Ativos indenizatórios	-	-	-	(18.272)
Outros créditos	622	(681)	(23.605)	17.583
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	859	838	34.649	6.930
Obrigações sociais e trabalhistas	656	693	1.691	3.037
Impostos, taxas e contribuições a recolher	291	(198)	(191)	5.851
Partes relacionadas - clientes	-	-	1.387	(3.738)
Pagamento de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	-	(22.913)	(6.526)
Pagamentos de manutenção e construção de obras	-	-	(72.478)	(96.852)
Outras contas a pagar	715	269	4.677	7.631
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.546)	(10.383)	(202.908)	(166.124)
Juros pagos	-	-	(183.802)	(199.746)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(14.292)	(327.461)	620.795	549.177
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Dividendos recebidos	21.406	105.080	-	-
Ativos recebidos de novas aquisições - Elog Sudeste e Elog Logística Sul	-	-	-	(116.307)
Aquisição de propriedade para investimento	-	-	(9.042)	(10.293)
Cessão Elog	-	-	-	13.497
Aquisição de imobilizado e intangível	(2.765)	(104)	(301.091)	(244.389)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	(168)
Investimento em controlada - Ecoporto Holding S.A.	(13)	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	18.628	104.976	(310.133)	(357.660)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	-	874.000	-	874.000
Custos de captação de oferta pública	-	(20.150)	-	(20.150)
Credor pela concessão	-	-	(12.004)	(336.994)
Títulos e valores mobiliários	-	-	(35.834)	1.894
Captação de arrendamento mercantil, empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	-	-	544.465	990.889
Pagamento de arrendamento mercantil, empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(691.041)	(943.487)
Pagamento de ações em tesouraria	(2.011)	-	(2.011)	-
Pagamento de aquisição da Elog Sudeste e Elog Sul	-	-	(88.025)	-
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-	-	(598)	-
Pagamento de dividendos minoritários	-	-	(8.171)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(285.546)	(278.600)	(285.546)	(278.600)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(287.557)	575.250	(578.765)	287.552
Efeito líquido de caixa na aquisição de novas empresas	-	-	-	4.061
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(283.221)	352.765	(268.103)	483.130
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	370.287	17.522	872.654	389.524
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	87.066	370.287	604.551	872.654
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(283.221)	352.765	(268.103)	483.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
RECEITAS				
Com arrecadação de pedágio	-	-	1.389.658	1.233.260
Com construção	-	-	199.435	174.700
Outras receitas	-	-	396.020	120.287
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados	-	-	(530.066)	(368.198)
Deduções e abatimentos	-	-	-	(4.062)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(19.741)	(17.780)	(131.796)	(116.077)
Outros	-	-	(795)	-
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) BRUTO	(19.741)	(17.780)	1.322.456	1.039.910
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(999)	(850)	(168.230)	(140.445)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(20.740)	(18.630)	1.154.226	899.465
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	30.350	59.078	107.329	90.551
Resultado de equivalência patrimonial	401.588	344.979	-	-
Outras receitas, líquidas	52	239.399	617	297.778
	431.990	643.456	107.946	388.329
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	411.250	624.826	1.262.172	1.287.794
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	411.250	624.826	1.262.172	1.287.794
Pessoal	20.653	19.416	212.373	131.220
Remuneração direta	19.076	17.964	210.794	110.903
Benefícios	1.083	998	1.083	15.666
FGTS	494	454	496	4.651
Impostos, taxas e contribuições	4.451	13.159	371.824	272.524
Federais	4.451	13.159	320.241	238.325
Estaduais	-	-	3.214	-
Municipais	-	-	48.369	34.199
Remuneração de capitais de terceiros	3.129	1.956	290.409	290.011
Juros	-	-	188.002	175.121
Outras	3.129	1.956	102.407	114.890
Remuneração de capitais próprios	383.017	590.295	387.566	594.039
Dividendos	140.078	117.327	140.078	117.327
Participação dos acionistas não controladores	-	-	4.549	3.744
Lucro do exercício retido	242.939	472.968	242.939	472.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias" ou "Companhia") é uma sociedade por ações com sede em São Paulo - SP, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia iniciou suas atividades em 7 de novembro de 2000 e tem por objetivo operar ativos de logística intermodal, por meio da exploração de concessão de rodovias, assim como exploração de negócios de logística, tais como retroáreas, armazéns alfandegados, centros de distribuição, terminais portuários, entre outros, e a participação em outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32. As ações da Companhia são negociadas no mercado de capitais.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 4.

2. APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

a) As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB" e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.

b) As demonstrações financeiras individuais da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente se baseia no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moedas funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégias da Companhia.

2.5. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

a) Investimentos em empresas controladas (controladora)

Nas demonstrações financeiras individuais (controladora), a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial.

b) Investimentos em empresas controladas (consolidado)

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha em substância o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral. A participação de terceiros no patrimônio líquido e lucro líquido das controladas é apresentada como um componente do patrimônio líquido consolidado e na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Participação dos acionistas não controladores”, respectivamente.

c) Investimentos em empresas com controle compartilhado

Empresas com controle compartilhado e "joint ventures" são aquelas nas quais o controle é exercido pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, as participações financeiras sobre empresas com controle compartilhado são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado, na proporção dos ativos, passivos e resultados à participação da Companhia.

d) Avaliação de investimento a valor justo por perda de controle

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

Os componentes de ativos, passivos, patrimônio líquido e receitas e despesas das "joint ventures" Ecopátio CLB Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A. e Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP são R$163.934, R$124.491, R$56.411 e R$40.365, respectivamente, e foram incluídos proporcionalmente à participação da Companhia no capital social dessas "joint ventures", considerando o controle compartilhado estabelecido através dos Acordos de Acionistas firmados entre a Companhia e suas parceiras nessas "joint ventures", em que nenhuma das partes, sozinha, determina as políticas financeiras e operacionais.

2.6. Combinação de negócios

Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data de aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente.

- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações da Companhia celebrados em substituição aos acordos de pagamento com base em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalentes ao CPC 10 (R1)) na data de aquisição.

- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor da participação adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.7. Ágio (ativo de vida útil indefinida)

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa, ou grupos de unidades geradoras de caixa, da Companhia, desde que não superem os segmentos operacionais que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa, às quais o ágio foi alocado, são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio da unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não pode ser revertida em períodos subsequentes.

2.8. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários - vinculados, contas a receber de clientes e outras e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera e avalia os instrumentos, cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço, para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.9. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e as máquinas e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear e pelo menor prazo entre a vida útil estimada de cada ativo e o prazo da concessão. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente na data do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.10. Propriedade para investimento

A propriedade para investimento é representada por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 13.

A propriedade para investimento é registrada pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, como manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como um custo na demonstração do resultado do exercício a que se referem.

A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado.

A Companhia e suas controladas contratam anualmente peritos especializados e independentes para estimar o valor justo da propriedade para investimento com base nas premissas anteriormente descritas.

2.11. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando esta tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.12. Provisão para recuperação de ativos de vida longa com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e os intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

2.13. Passivos financeiros

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil financeiro e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21). Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.15. Tributação

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado abrangente/demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada por cada empresa do Grupo EcoRodovias, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda diferido (“tributo diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporais no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporais tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporais dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporais dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporais resultantes de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo EcoRodovias espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando estes estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal, e o Grupo EcoRodovias pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

c) As receitas de serviços estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado, e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços, com exceção da controlada indireta Ecovias em que o ISS é apresentado como custo dos serviços prestados.

2.16. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os fundamentos e a natureza das provisões para perdas tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 27.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A parcela significativa do contas a receber é com a parte relacionada Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que presta serviços de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar". A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perdas.

2.17. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.18. Benefícios a empregados - plano de opção com base em ações

A Companhia e suas controladas oferecem a seus empregados plano de opção com base em ações, liquidados com as ações da Companhia e de suas controladas, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações.

O plano de opção com base em ações para empregados são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota explicativa nº 28.h).

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No fim de cada exercício de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido na rubrica "Reserva de capital - plano de opção com base em ações", que registrou o benefício aos empregados.

2.19. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio, e as receitas de logística são reconhecidas quando da utilização do pátio pelos caminhões e quando da movimentação, da armazenagem e dos reparos de contêineres vazios.

b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

2.20. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos, financiamentos, debêntures e credor pela concessão, conforme demonstrado na nota explicativa nº 32.

2.21. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.22. Lucro básico e diluído por ação

Calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

2.23. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração do valor adicionado apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

2.24. Novas normas, alterações e interpretações de normas

IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As IFRSs novas e revisadas a seguir foram adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

- Modificações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte das Melhorias às IFRSs emitidas em 2010) - esclarecem que uma entidade pode optar por divulgar uma análise de outro resultado abrangente por item na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

- IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas (já adotada pelo CPC) - IAS 24 (revisada em 2009) modificou dois aspectos: (a) IAS 24 (revisada em 2009) introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais; e (b) IAS 24 (revisada em 2009) alterou a definição de parte relacionada.

- Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos - tratam da classificação de certos direitos denominados em uma moeda estrangeira como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

- Modificações à IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento - as modificações determinam, entre outros aspectos, quando as restituições ou reduções de contribuições futuras devem ser consideradas como disponíveis de acordo com a IAS 19.58.

- IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais - fornece orientação sobre como contabilizar a extinção de um passivo financeiro por meio da emissão de instrumentos patrimoniais.

- Modificações à IFRS 3 - Combinações de Negócios - esclarecem que a opção de avaliar participações minoritárias na data da aquisição estará disponível apenas no caso de essas participações, que representam participações minoritárias atuais, derem a seus detentores o direito à participação proporcional no acervo líquido da entidade em caso de liquidação. Todos os demais tipos de participações minoritárias são avaliados ao valor justo na data da aquisição, a menos que outras normas exijam que outra base de avaliação seja utilizada. Além disso, a IFRS 3 foi modificada para fornecer maiores orientações acerca da contabilização da compensação com base em ações detidas pelos empregados da adquirida.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas

- Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (1) - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo certo nível de exposição ao ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2) - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível às mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida na rubrica “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo na respectiva rubrica resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (2) - substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.

- IFRS 11 - Acordos de Participação - substitui a IAS 31 - Participações em “Joint Ventures” e aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado.

- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (2) - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.

- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (2) - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo.

- Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (3) - permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente, de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.

- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (2) - altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.

- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (2) - reflete as modificações da contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária.

- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "Joint Ventures" (2) - as alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer que: (a) um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de "impairment" de acordo com a IAS 36 - "Impairment" de Ativos; (b) qualquer perda por "impairment" a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); e (c) as reversões de "impairment" são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.

(1) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011.

(2) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

(3) Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2012.

A Administração avaliou as novas normas e, exceto quanto à aplicação da IFRS 10 e da IFRS 11, não espera efeitos significativos sobre os valores reportados. Com a adoção da IFRS 10 e da IFRS 11, é possível que a Companhia não possa mais consolidar de forma proporcional algumas de suas controladas. No entanto, a Administração ainda não completou a análise detalhada do impacto da aplicação dessas normas e, por conseguinte, ainda não quantificou os possíveis efeitos nas demonstrações financeiras.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRSs emitidas pelo IASB, determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. As divulgações para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritas na nota explicativa nº 38.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado à ampliação/melhoria da infraestrutura, que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis
oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor e Índices de Preços ao Consumidor - IPCs), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços e índice ABCR), "commodities" (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no Porto de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês e dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas e novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Provisão para manutenção referente aos contratos de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto, para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura em um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos

valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 9,62% e 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do exercício (vide notas explicativas nº 23 e nº 24).

b) Credores pela concessão decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 25.

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e suas controladas majoritariamente detidas e participações em entidades nas quais a Companhia é considerada a beneficiária primária, ou seja, detentora dos principais riscos e benefícios (mesmo quando a Companhia não detiver a maioria das ações com direito a voto).

A seguir estão apresentadas as participações nas subsidiárias consolidadas:

	31/12/2011	31/12/2010
Controladas diretas:		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	100,00%	100,00%
Elog S.A.	80,00%	80,00%
Ecoporto Holding Ltda.	100,00%	100,00%
Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	12,75%	12,75%
EIL01 Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100,00%	100,00%

	31/12/2011	31/12/2010
Controladas indiretas:		
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.:		
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100,00%	100,00%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100,00%	100,00%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	90,00%	90,00%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100,00%	100,00%
Elog S.A.:		
Ecopátio CLB Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.	50,00%	50,00%
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	100,00%	100,00%
ELG-01 Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Elog Sudeste S.A.	100,00%	100,00%
Elog Logística Sul Ltda.	100,00%	100,00%
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Paquetá Participações Ltda.	100,00%	100,00%
Bodner S.A.	-	100,00%

As atividades das controladas diretas e indiretas são como segue:

Controladas diretas

- A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., anteriormente denominada EcoPorto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista. Após a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (“ECSC”) e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (“ECSE”), passaram a ser prestados serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

- Elog S.A. - Em 19 de fevereiro de 2010, foi aprovada a proposta de investimento realizado na Elog S.A. pela Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações, mediante a subscrição e integralização pela Logística Brasil - Fundo de Investimento em Participações de novas ações representativas de 20% do capital social total e votante da Elog S.A., mais uma ação, representando um investimento total de R$92.000. Dessa forma, a Companhia passou a deter 80% das ações da Elog S.A. O Acordo de Acionistas foi assinado em 31 de março de 2010 e tem por objeto a exploração de atividades de armazém, guarda e transporte de mercadorias e a participação como sócia, acionista ou cotista de outras sociedades ou empresas.

- A Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP tem por objetivo operar os serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil, a STP está presente em 242 praças de pedágio no País, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina. A Companhia detém 12,75% do capital social da STP, na qual há controle compartilhado mediante a existência de Acordo de Acionistas.

- A Ecoporto Holding Ltda. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.

- A EIL01 Participações Ltda. tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.

- A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná.

Controladas indiretas

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.

- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.

- A Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001, e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.

- A ELG-01 Participações Ltda., constituída em 27 de novembro de 2009, tem por objeto a participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.

- A Elog Sudeste S.A., anteriormente denominada Armazéns Gerais Columbia S.A., tem por atividade a prestação de serviços de armazéns gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para a guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.

- A Elog Logística Sul Ltda., anteriormente denominada EADI Sul Terminal de Cargas Ltda., tem por atividade preponderante a prestação de serviços de armazéns-gerais, com equipamentos próprios ou arrendados para guarda e conservação de mercadorias nacionais ou importadas, inclusive em estabelecimentos de recintos alfandegados, previstos no regulamento aduaneiro, e serviços especificados de logística, que consistem no transporte de mercadorias para locais determinados por seus clientes.

- A Ecopátio CLB Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A. foi constituída em 2007, com o objetivo principal de atuar no mercado de propriedades comerciais e industriais no Brasil, incluindo o desenvolvimento de projetos “build to suit”.

- A Anish Empreendimentos e Participações Ltda. tem por objetivo empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, “holding”, acionista ou cotista.

- A Paquetá Participações Ltda. tem por objetivo a administração de bens próprios, tais como, mas não limitados a, imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros de qualquer natureza e a participação direta ou indireta na qualidade de sócia ou acionista de quaisquer sociedades.

Cisão

- Em 29 de dezembro de 2010, foi aprovada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, controladas direta e indireta, respectivamente, a cisão parcial da EcoRodovias Concessões, com as consequentes incorporações do patrimônio líquido cindido pela Ecocataratas e do acervo líquido cindido, celebradas na mesma data entre a EcoRodovias Concessões, a Ecocataratas e a Companhia, como interveniente anuente. O valor contábil do patrimônio líquido da EcoRodovias Concessões cindido e vertido para a Ecocataratas foi avaliado em R$249.619, observada a dedução do conjunto de ações da Ecocataratas no valor de R$23.168, anteriormente detidas pela EcoRodovias Concessões.

- Em decorrência da cisão parcial, o capital social da EcoRodovias Concessões foi reduzido a R$205.005, mediante o cancelamento de 272.786.976 ações, que foram suportadas pela Companhia. O capital social da Ecocataratas foi aumentado para R$291.468, mediante a emissão de 249.619.261 novas ações representativas do capital social da Ecocataratas. Essas ações foram subscritas e integralizadas, com o patrimônio cindido da EcoRodovias Concessões incorporado pela Ecocataratas, e atribuídas exclusivamente à Companhia.

- Em razão da operação anteriormente descrita, a Ecocataratas passou a ser controlada diretamente pela Companhia.

Combinação de negócios

Em 7 de maio de 2010, a controlada direta Elog S.A. celebrou Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Participações Societárias de Controle da Elog Sudeste S.A. e Elog Logística Sul Ltda.

A aquisição totalizou R$274.666. Por ocasião da assinatura do contrato foi depositado o valor de R$50.000 (R$40.000 referentes à participação de 80% da Companhia) e liquidado o valor de R$205.414 (R$164.331 referentes à participação de 80% da Companhia) quando da finalização das condições precedentes, entre elas, especialmente, a aprovação por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Do valor da liquidação foi retido dos vendedores o montante de R$19.252 (R$15.401 referentes à participação de 80% da Companhia), a título de garantia para possíveis provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

As operações logísticas da Elog Sudeste S.A. e da Elog Logística Sul Ltda. são atualmente realizadas em 11 localidades em uma área total de aproximadamente 1,1 milhão de metros quadrados, nos quais estão incluídos 210,6 mil metros quadrados de armazéns, com movimentação de cargas em centros de distribuição e recintos alfandegados.

Nessas unidades, as seguintes atividades são desenvolvidas:

- Armazenagem alfandegada, tanto no fluxo de importação como de exportação, mediante a operacionalização de diversos regimes aduaneiros.

- Centros de distribuição, desenvolvendo, além da armazenagem, gestão de estoques, montagens de "kits", serviços de embalagem, etiquetagem e logística reversa, entre outros.

- Transporte rodoviário de contêineres e carga geral, em regime comum e aduaneiro.O valor-base da transação está sujeito a ajustes contratuais usuais, e para fins de apuração do acervo líquido adquirido foram considerados os balanços patrimoniais em 28 de dezembro de 2010, cujos ativos e passivos adquiridos estão apresentados a seguir:

	Saldos em 28/12/10
Disponibilidades	5.076
Outros ativos correntes	52.433
Ativo imobilizado	32.724
Total do passivo	(57.775)
Ágio gerado na operação	77.043
Custo total da aquisição	274.666

A Companhia efetuou uma estimativa preliminar do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais estão descritos a seguir:

	Valor de livros	Ajustes de aquisição	Valor justo na aquisição	Participação EcoRodovias 80%
Ativos (passivos) líquidos adquiridos:				
Caixa e equivalentes de caixa	5.076	-	5.076	4.061
Contas a receber de clientes	24.509	-	24.509	19.607
Estoques	9	-	9	7
Outros créditos	14.626	-	14.626	11.701
Depósitos judiciais	1.429	-	1.429	1.143
Impostos diferidos	6.718	-	6.718	5.374
Ativos indenizatórios	-	3.587	3.587	2.870
Imobilizado	32.582	5.262	37.844	30.275
Intangível	5.284	161.988	167.272	133.818
Ágio	-	66.288	66.288	53.030
Fornecedores	(8.923)	-	(8.923)	(7.138)
Empréstimos e financiamentos	(10.247)	-	(10.247)	(8.198)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(8.670)	5.083	(3.587)	(2.870)
Outras contas a pagar	(29.935)	-	(29.935)	(23.948)
Preço de compra considerado	32.458	242.208	274.666	219.732

A Companhia mensurou os valores justos de imobilizado, intangível e ágio.

Perda de controle em investimentos

Em 2010, a Logística Brasil - Fundo de Investimentos em Participações integralizou o capital da Elog S.A., então controlada integral da Companhia, em R$92.000, representativo de 20% do capital total e votante. Concomitantemente, foi assinado um acordo em que o controle da Elog S.A. passou a ser compartilhado entre os acionistas.

Como resultado da perda de controle, o investimento remanescente de 80% foi remensurado pelo seu valor justo na data da transação, resultando em um ganho de R$239.236, reconhecido ao resultado do exercício na rubrica "Outras receitas operacionais líquidas", tendo como contrapartida os seguintes ativos e passivos identificáveis:

Imobilizado	3.582
Intangível	5.003
Ágio ("goodwill")	230.847
Empréstimos e financiamentos	(196)
	239.236

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Caixa e bancos-				
Em moeda nacional	83	56	33.378	19.267
Aplicações financeiras:				
Fundo exclusivo (a)	78.917	346.565	374.612	597.758
Certificados de Depósito Bancário - CDB (b)	8.066	23.666	196.561	255.629
	87.066	370.287	604.551	872.654

(a) Fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria "renda fixa", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, o Fundo deverá possuir no mínimo 80% da carteira em ativos relacionada diretamente ao seu principal fator de risco, conservador, sendo composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas, os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

A composição da carteira do Fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e Letras Financeiras do Tesouro - LFTs, sendo:

- 52,81% de operações compromissadas com rentabilidade prefixada atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI de instituições financeiras nacionais consideradas de primeira linha.

- 16,95% de CDB com rentabilidade prefixada atrelada ao CDI.
- 30,24% de LFTs.

Caso o título ou valor mobiliário receba classificações diferentes, prevalecerá aquela mais conservadora.

O Fundo não pode realizar operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Além disso, o Fundo não pode estar exposto a determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos referenciados nestes, com exceção de operações que se utilizem de tais instrumentos para produzir rendimentos predeterminados.

A carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários está composta conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
CDB	13.376	133.961	63.497	231.057
Operação compromissada	41.676	182.629	197.833	315.000
LFTs	23.865	29.975	113.282	51.701
	78.917	346.565	374.612	597.758

(b) Os recursos não vinculados se referem substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 100% e 102% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - VINCULADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez.

	31/12/2011	31/12/2010
CDB	67.307	29.800
Circulante	30.106	29.800
Não circulante	37.201	-

São aplicações formadas por CDB e remuneradas a taxas que variam entre 101,0% e 105,31% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da controlada indireta Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 21).

7. CLIENTES - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A composição está assim representada:

	31/12/2011	31/12/2010
Nacional (a)	187.760	135.474
Internacional (b)	1.246	1.342
	189.006	136.816
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(12.501)	(9.094)
	176.505	127.722

(a) Representados substancialmente por valores a receber de pedágio eletrônico referente a serviços prestados pela controlada direta Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, de administração à gestão dos meios de pagamentos "Sem Parar" e clientes de logística, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

(b) Refere-se a clientes provenientes das operações de Centro Logístico e Industrial Aduaneiro - CLIA, da controlada indireta Elog Sudeste S.A.

(c) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, substancialmente da operação da controlada direta Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP, constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos saldos.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2011	31/12/2010
A vencer	170.718	134.723
Vencidos:		
Até 30 dias	2.264	859
De 31 a 90 dias	1.996	1.097
De 91 a 180 dias	14.028	137
	18.288	2.093
	189.006	136.816

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	9.094	5.805
Valores baixados no exercício como incobráveis	5.205	4.928
Valores recuperados durante o exercício	(1.798)	(1.639)
Saldo no fim do exercício	12.501	9.094

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do exercício. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Impostos a recuperar	13.531	11.233	27.331	19.646
Outros	89	1.055	72	2.205
	13.620	12.288	27.403	21.851

Referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e pagamentos de estimativas mensais de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, saldo este que será utilizado para compensar os saldos de passivos referentes a IRPJ e CSLL, PIS, Cofins, IRRF e PIS/Cofins/CSLL retidos.

9. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O saldo de R$ 8.913 (R$8.373 em 31 de dezembro de 2010) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU. Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na nota explicativa nº 37.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	14.528	11.350
Saldos recebidos na aquisição de novas empresas (*)	-	1.143
Adições	12.350	3.507
Baixas	(4.463)	(2.398)
Atualização monetária	2.827	926
Saldo no fim do exercício	25.242	14.528
Não circulante	25.242	14.528

(*) Saldos recebidos na aquisição das empresas Elog Sudeste S.A. e Elog Logística Sul Ltda. pela controlada direta Elog S.A.

11. ATIVOS INDENIZATÓRIOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Em 7 de maio de 2010, a controlada Elog S.A. celebrou Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Participações Societárias de Controle da Elog Sudeste S.A. e da Elog Logística Sul. O valor justo dos passivos assumidos especificamente relacionados às contingências foi avaliado em R$18.272, para os quais há cláusula contratual de reembolso de R$15.402, totalizando o valor líquido de R$2.870 (R$2.870 em 31 de dezembro de 2010).

12. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA (BR GAAP)

	Valores das investidas 31/12/2011		Percentual de participação direta		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Elog S.A.	301.668	(15.876)	80,00%	80,00%	241.334	254.101	(12.701)	48.954
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	857.341	369.033	100,00%	100,00%	857.341	627.750	369.033	288.948
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	136.212	114.612	12,75%	12,75%	17.367	12.537	14.613	11.127
Ecoporto Holding S.A.	1	(8)	100,00%	100,00%	1	(4)	(8)	(5)
ELG-01 Participações Ltda.	-	-	100,00%	100,00%	-	1	-	-
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	298.617	30.324	100,00%	100,00%	298.617	268.777	30.324	(4.372)
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	-	-	-	-	(7.348)	(7.674)	327	327
					1.407.312	1.155.488	401.588	344.979

Movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

	31/12/2010	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Aporte de capital	Reclassificação de equivalência	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/12/2011
Elog S.A.	254.101	-	-	(66)	-	(12.701)	241.334
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	627.750	(139.553)	-	-	111	369.033	857.341
Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP	12.537	(9.784)	-	-	-	14.614	17.367
Ecoporto Holding S.A.	(4)	-	13	-	-	(8)	1
EIL01 Participações Ltda.	1	(1)	-	-	-	-	-
Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas	268.777	(543)	-	-	59	30.324	298.617
Lucros não realizados - Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	(7.674)	-	-	-	-	326	(7.348)
	1.155.488	(149.881)	13	(66)	170	401.588	1.407.312

[página intencionalmente deixada em branco]

Os saldos dos ágios na controladora (reclassificados para o intangível no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2010	Amortização	31/12/2011
Ágio - Ecosul	7.833	(513)	7.320
Ágio- Elog	239.015	(295)	238.720
	246.848	(808)	246.040

13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A propriedade para investimento é representada por terrenos, edificações e obras em andamento mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital.

Ao custo

	Terrenos e edificações
Saldo em 31 de dezembro de 2009	42.728
Perda de participação (20% para a BRZ)	(8.546)
Adições	10.293
Depreciação	(876)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	43.599
Adições	9.042
Baixas	(65)
Depreciação	(973)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	51.603

Valor justo considerando o tipo da propriedade

	31/12/2011	31/12/2010
Edificações	83.916	69.736

O valor justo da propriedade para investimento foi estimado por peritos especializados e independentes, que adotaram a metodologia básica fundamentada pela NBR-14653 - Norma Brasileira para Avaliação de Bens da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, em suas partes 1: Procedimentos Gerais e 2: Imóveis Urbanos.

Foi utilizada, ainda, a Norma para Avaliação de Imóveis Urbanos - versão 2005, publicada pelo IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Departamento de São Paulo.

Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações físicas das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são tratadas adequadamente para serem utilizadas na determinação do valor dos respectivos imóveis.

A Companhia e suas controladas contratam anualmente peritos especializados e independentes para estimar o valor justo da propriedade para investimento com base nas premissas anteriormente descritas.

Em 31 de dezembro de 2011, com referência a essa operação, foram contabilizados na rubrica "Receita líquida" o valor de R$9.280 e na rubrica "Custos e despesas" o valor de R$7.751.

A propriedade para investimento é mantida sob direito e propriedade plena.

14. IMOBILIZADO

a) Controladora (BR GAAP)

	Hardware e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Edificações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	273	123	273	1.729	472	2.870
Adições	54	-	3	-	36	93
Depreciação	(113)	(23)	(41)	(76)	(53)	(306)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	214	100	235	1.653	455	2.657
Adições	157	34	56	-	2.476	2.723
Transferências	(22)	-	-	-	22	-
Depreciação	(108)	(25)	(43)	(76)	(196)	(448)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	241	109	248	1.577	2.757	4.932
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	3,7	10,0	-

b) Consolidado - (IFRS e BR GAAP)

	Hardware e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Obras em andamento	Benfeitorias	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	42.855	11.868	3.962	3.361	112.615	2.298	1.386	12.456	190.801
Ativos recebidos de novas aquisições	2.126	2.786	1.034	-	129	1.621	3.980	14.084	25.760
Cessão Elog S.A.	(289)	(685)	(31)	-	(19.784)	(460)	-	(376)	(21.625)
Adições	21.574	3.284	1.955	9.100	2.985	4.695	506	4.074	48.173
Baixas	(519)	(404)	(10)	-	-	(1.602)	-	(1.429)	(3.964)
Transferências	1.359	892	94	-	1.261	(882)	(281)	(434)	2.009
Depreciação	(13.433)	(2.118)	(686)	-	(4.543)	-	(211)	(1.469)	(22.460)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	53.673	15.623	6.318	12.461	92.663	5.670	5.380	26.906	218.694
Adições	26.923	3.734	2.048	1.405	6.674	27.370	5.451	23.404	97.009
Baixas	(228)	(59)	(8)	-	-	-	-	(2.478)	(2.773)
Transferências	1.761	411	1.004	-	17.064	(15.499)	2.366	2.423	9.530
Depreciação	(18.659)	(2.600)	(1.062)	-	(4.821)	-	(1.699)	(5.686)	(34.527)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	63.470	17.109	8.300	13.866	111.580	17.541	11.498	44.569	287.933
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	4,1	-	3,7	10,7	-

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Em adição, o ativo imobilizado da Companhia contempla o saldo do ativo imobilizado das empresas controladas indiretas Elog Sudeste S.A. e Elog Logística Sul, ambas adquiridas em 28 de dezembro de 2010, cujos montantes foram avaliados por seus valores justos na data de aquisição do negócio, de forma provisória. Após a obtenção de todas as informações necessárias para a adequada apuração dos valores justos, cujo prazo não excederá 12 meses a partir da data de aquisição, os valores provisórios poderão ser ajustados retrospectivamente.

15. INTANGÍVEL

a) Controladora (BR GAAP)

	Software de terceiros	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	103	4	107
Adições	11	-	11
Amortização	(28)	(2)	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	86	2	88
Adições	42	-	42
Amortização	(36)	(2)	(38)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	92	-	92
Taxas anuais de amortização - %	20,0	-	-

b) Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Contratos de concessão	Ágio Ecosul	Software	Em andamento	Ágio - Elog Sudeste	Ágio Ecopátio Cubatão	Ágio Elog	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.200.126	8.347	14.951	6.514	-	4.711	-	14	2.234.663
Ativos recebidos de novas aquisições	-	-	4.093	-	-	-	-	134	4.227
Cessão Elog	-	-	(199)	-	-	(942)	239.015	-	237.874
Adições	129.250	-	8.924	53.816	-	-	-	-	191.990
Adição - Elog Sudeste S.A.	129.423	-	-	-	61.634	-	-	-	191.057
Baixas	(349)	-	(67)	(1.131)	-	-	-	-	(1.547)
Transferências	50.988	-	(146)	(52.851)	-	-	-	-	(2.009)
Amortização	(111.247)	(514)	(5.347)	-	-	-	-	(1)	(117.109)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.398.191	7.833	22.209	6.348	61.634	3.769	239.015	147	2.739.146
Adições	164.351	-	10.617	29.114	-	-	-	-	204.082
Baixas	(855)	-	-	(1.403)	-	-	-	-	(2.258)
Transferências	20.097	-	-	(25.418)	(4.210)	-	-	-	(9.531)
Amortização	(122.214)	(513)	(7.640)	-	(1.947)	-	(296)	(120)	(132.730)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.459.570	7.320	25.186	8.641	55.477	3.769	238.719	27	2.798.709
Taxas anuais de amortização - %	(*)	-	20,0	-	-	-	-	-	-

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de amortização foram de 2,05% a 6,41% (2,02% a 6,20% em 31 de dezembro de 2010).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-	-	17.896	9.924
Efeito da contabilização dos contratos de concessão	-	-	24.675	36.499
Ágio (benefício fiscal da incorporação da Ecosul Participações)	-	-	4.190	4.484
Prejuízos fiscais	-	-	-	4.802
Ágio - Elog	(2.677)	(2.777)	(2.677)	(2.777)
Outros	-	-	(70)	2.376
	(2.677)	(2.777)	44.014	55.308
Ativo diferido	-	-	68.444	72.937
Passivo diferido	(2.677)	(2.777)	(24.430)	(17.629)
	(2.677)	(2.777)	44.014	55.308

A Administração preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis pelas empresas, no contexto das principais variáveis de seus negócios que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes do ágio, que é um ativo intangível de vida útil indefinida, na controlada Elog S.A., sobre a aquisição da Elog Sudeste S.A., posteriormente incorporada, tornando o ágio dedutível, para fins de imposto de renda e contribuição social. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida não devem sofrer amortização; porém, esse ágio está sendo amortizado fiscalmente, reduzindo a base para recolhimento do imposto. Sobre o valor amortizado fiscalmente, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R$294.

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Variação no:				
Imposto de renda corrente	(3.340)	(7.634)	(152.234)	(121.143)
Imposto de renda diferido	74	(2.777)	(7.050)	(7.720)
	(3.266)	(10.411)	(159.284)	(128.863)
Variação na:				
Contribuição social corrente	(1.211)	(2.748)	(55.560)	(43.997)
Contribuição social diferida	26	-	(2.778)	(3.086)
	(1.185)	(2.748)	(58.338)	(47.083)

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	387.468	603.654	605.188	769.985
Alíquota	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(131.739)	(205.242)	(205.764)	(261.795)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Avaliação de investimento a valor justo - ágio - Elog	-	78.488	-	78.488
Amortização de ágio em investimentos	-	-	(100)	-
Equivalência patrimonial	136.540	117.293	-	-
Outros	(9.252)	(3.698)	(11.758)	7.361
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(4.451)	(13.159)	(217.622)	(175.946)

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Impostos sobre faturamento:				
ISS	-	-	7.744	6.948
Cofins	161	-	5.698	4.656
PIS	35	-	1.235	1.009
ISS na fonte	4	1	1.167	628
Outros impostos	116	24	5.722	8.516
	316	25	21.566	21.757

18. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÃO DE EMPRESAS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

Em 3 de janeiro de 2011, quitamos o contas a pagar remanescente de 31 de dezembro de 2010 no valor de R$88.025 referente ao contas a pagar assumido pela controlada direta Elog S.A. proveniente da aquisição das empresas Elog Sudeste S.A. e Elog Logística Sul Ltda.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2011	31/12/2010
Em moeda nacional:				
BNDES	15/06/2021	TJLP + 2,40% a.a.	131.871	42.410
BNDES	15/06/2021	TJLP + 2,45% a.a.	343	-
Capital de giro	07/04/2011	107,50% do CDI	-	20.338
Capital de giro	24/05/2012	107,70% do CDI	6.213	11.692
Capital de giro	23/11/2011	110,20% do CDI	35.461	35.434
Capital de giro	28/10/2014	CDI + 2,03% a.a.	39.567	35.110
Capital de giro	25/11/2012	109,00% do CDI	80.883	-
Capital de giro	16/12/2013	TJLP + 3,90% a.a.	116	-
Equipamentos	26/03/2012	CDI + 2,60% a.a.	-	421
Cédula de crédito imobiliário	08/02/2020	IPCA + 7,20% a.a.	34.203	34.505
Equipamentos	15/10/2015	14,53% a.a.	3.410	4.131
CDB	28/11/2014	14,51% a.a.	353	-
Notas promissórias	12/04/2011	CDI + 1,20% a.a.	-	373.337
			332.420	557.378
Em moeda estrangeira- moeda:				
Equipamentos - US$	20/01/2014	9,00% a.a. + VC	576	764
Equipamentos - EUR	25/09/2013	9,00% a.a. + VC	564	780
Equipamentos - EUR	15/10/2013	8,60% a.a. + VC	389	-
Capital de giro - US$	04/12/2015	Libor + 4,20% a.a.	13.421	11.917
Equipamentos - US$	15/03/2014	VC + 9,25% a.a.	756	2.907
Equipamentos - EUR	09/10/2015	VC + 5,82% a.a.	411	-
Equipamentos - EUR	10/04/2015	VC + 7,25% a.a.	1.067	-
Equipamentos - EUR	30/11/2015	VC + 8,60% a.a.	703	-
			17.887	16.368
			350.307	573.746
Circulante			161.120	450.241
Não circulante			189.187	123.505

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2011
2013	38.826
2014	37.545
2015	23.885
2016	20.051
Posteriores a 2016	68.880
	189.187

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Em 8 de dezembro de 2010, a controlada indireta Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas realizou a quinta distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de dez notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R$37.100, perfazendo o total de R$371.000, com vencimento em 120 dias da emissão e remuneradas pela variação do CDI mais 1,20% ao ano. As notas promissórias foram liquidadas em 18 de março de 2011.

Em 8 de março de 2010, a Ecopátio CLB Imigrantes emitiu 90 Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, com valor nominal de R$1.000, perfazendo na data de emissão R$90.000 (R$89.210, líquidos com os custos de emissão), com prazo de 119 meses. A Ecopátio CLB Imigrantes emitiu 2 cédulas de crédito imobiliário fracionárias, sob a forma escritural de Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI, representando a totalidade dos direitos creditórios. O contrato não requer a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

Em março de 2007, a controlada indireta Ecopátio Logística Cubatão Ltda. firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R$73.308 para financiamento de melhoria e ampliação das instalações de apoio. Foram liberadas três parcelas, totalizando R$63.507, e a amortização, em 96 parcelas, foi iniciada em maio de 2009. Para a operação de empréstimo, foi oferecida carta de fiança com garantia de liquidação pela Companhia. O contrato requer a manutenção dos índices financeiros (“covenants”), que correspondem à relação do patrimônio líquido com o passivo total, após a fase de implantação do projeto, sendo o índice exigido a partir de 2010 até o encerramento do contrato de 0,30. Tal índice deverá ser apurado anualmente com base nas informações trimestrais da Ecopátio, tendo como avalista a Companhia. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2011.

A controlada indireta Ecopátio Cubatão Ltda. possui financiamento em moeda estrangeira para aquisição de equipamentos para utilização em suas operações, que representam valores nacionais de US$8.939 mil. Esses contratos apresentam vencimentos em dezembro de 2015, tendo como contraparte Citibank N.A. A operação de “swap” em 31 de dezembro de 2011 consiste na troca da variação da Libor acrescida de 4,20% ao ano por uma taxa fixa de 6,00% ao ano, registrada na rubrica “Despesas financeiras”, no valor de R$17 em 31 de dezembro de 2011.

Em fevereiro de 2011, a controlada indireta Ecopistas firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES de R$355.396 divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade, no corredor formado pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Foi liberado o 1º subcrédito no valor de R$79.200, e a amortização se dará mensalmente de janeiro de 2012 a setembro de 2021, em 114 parcelas. Entre outras, em garantia do empréstimo, a controlada indireta Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, incluindo sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2011.

O empréstimo refere-se à captação para capital de giro pelas controladas Ecocataratas, Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Ecosul e Ecopátio Logística Cubatão Ltda., a qual não exige a manutenção de índices financeiros (“covenants”). Para os empréstimos foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela EcoRodovias Concessões para as concessionárias e EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e Ecopátio.

Para as operações de empréstimo foram oferecidos avais como garantia de liquidação pela controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, caso o pagamento das notas promissórias não seja efetuado.

Em 11 de novembro de 2011, a controlada indireta Ecovia celebrou contrato de Cédula de Crédito Bancário no valor de R$44.000 com a finalidade de capital de giro. A Ecovia através de um aditivo de contrato prorrogou o empréstimo no valor de R$35.000 para vencimento em novembro de 2012. O contrato não requer a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

Em novembro de 2011, a controlada indireta Ecosul celebrou contrato no valor de R$36.000 com a finalidade de capital de giro, sendo a EcoRodovias Concessões e Serviços sua avalista para vencimento em novembro de 2012.

Para o empréstimo da Ecosul é exigida a manutenção de índices financeiros (“covenants”). A razão entre seu endividamento líquido e seu EBITDA deverá ser menor ou igual a 1,5, e a razão entre o EBITDA e o serviço da dívida líquida deverá ser maior ou igual a 1,5. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2011.

20. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	1.958	1.257
Mais de um ano e menos de cinco anos	641	1.549
	2.599	2.806
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	58	87
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	2.657	2.893
Circulante	2.016	1.344
Não circulante	641	1.549

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica "Ativo imobilizado" e apresenta R$7.208 e R$2.022 em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente, referentes a equipamentos e caminhões.

21. DEBÊNTURES - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Principal corrigido	1.291.215	1.175.944
Remuneração (juros)	52.058	30.275
Custos com emissão de debêntures	(20.074)	(11.538)
	1.323.199	1.194.681
Circulante	378.634	316.995
Não circulante	944.565	877.686

- A controlada direta Elog S.A. concluiu, em 20 de dezembro de 2010, a emissão de R$170.000 (R$136.000 referentes à participação de 80% da Elog S.A.) em debêntures em série única de 170 debêntures com vencimento em 11 parcelas semestrais, com a primeira a vencer em 20 de dezembro de 2012 e vencimento final em 20 de dezembro de 2017.

  A série única, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 2,20% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

  No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou o pagamento de R$23.160 referente aos juros.

  Essa operação teve classificação de risco AA- da Fitch.

- A controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

  A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

  A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e remuneração correspondente a 8,75% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre elas.

  No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia efetuou o pagamento de R$184.300, referente à primeira série das debêntures.

  Essa operação teve classificação de risco brA+ da Standard & Poors.

- A controlada indireta Ecovias dos Imigrantes concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira de R$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses, sendo os vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

  A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

  A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

  A Companhia efetuou pagamento de R$162.566 no exercício de 2011 (R$161.500 em 31 de dezembro de 2010), sendo R$65.816 (R$64.750 em 31 de dezembro de 2010) referentes a juros da primeira, segunda e terceira séries das debêntures e R$96.750 (R$96.750 em 31 de dezembro de 2010) referentes ao valor principal da primeira, segunda e terceira séries.

  Essa operação teve classificação de risco brAA- da Standard & Poors.

- A controlada indireta Ecopistas concluiu, em 15 de janeiro de 2011, a emissão de R$370.000 em debêntures em quatro séries, sendo a primeira no valor nominal de R$92.500, com prazo de vencimento de 145 meses e vencimento final em 15 de janeiro de 2023, a segunda no valor nominal de R$92.500, com prazo de vencimento de 136 meses e vencimento final em 15 de abril de 2022, a terceira no valor de R$92.500 com prazo de vencimento de 139 meses e vencimento final em 15 de julho de 2022 e a quarta no valor de R$92.500 com prazo de vencimento de 142 meses e vencimento final em 15 de outubro de 2022.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada ao IPCA mais 8,25%, pago semestralmente e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

Não foram registrados pagamentos de principal e de juros para as debêntures da controlada indireta Ecopistas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias	Elog S.A.	Ecopistas
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	600.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)	170 (série única)	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data de emissão	R$1.000,00	R$10,00	R$1.000.000,00	R$1.000.000,00
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2011	1ª série - não atualizável 2ª série - R$1,20 3ª série - R$1,15	1ª série - não atualizável 2ª série - R$8,77 3ª série - R$8,37	Não atualizável	1ª série - R$1.062,74 2ª série - R$1.062,74 3ª série - R$1.062,74 4ª série - R$1.062,74
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	Não atualizável	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - atualização monetária anul pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 1,5% ao ano 2ª e 3ª séries - 8,75% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	CDI + 2,20% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - juros remuneratórios a serem definidos em processo de "bookbuilding", com taxa-teto correspondente ao cupom da NTN-B 2017 + 2,20% ao ano (252)
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15/05/10 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/11 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/10 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/07 a 01/05/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/08 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/07 a 01/11/14)	Parcelas semestrais (20/06/11 a 20/12/17)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15/05/11 a 15/11/13) 2ª série: parcelas anuais (15/05/13 a 15/05/15) 3ª série: parcelas anuais (15/11/13 a 15/11/15)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/10 a 01/11/13) 2ª série: parcelas anuais (01/05/10 a 01/05/14) 3ª série: parcelas anuais (01/11/10 a 01/11/14)	Parcelas semestrais (20/12/12 a 20/12/17)	1ª série: anualmente em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do sexto dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	Não aplicável	a) Para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e após o pagamento da primeira parcela a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida).

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços	Ecovias	Elog S.A.	Ecopistas
				b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a ¼ do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação).
Instituição depositária das debêntures	Itaú Corretora de Valores S.A.	Banco Bradesco S.A.	SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP e CBLC	CETIP	CETIP e/ou BOVESPAFIX
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Itaú Unibanco S.A	SWL Corretora Ltda.	Itaú Unibanco S.A
Agente fiduciário	Pavarini Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.	Itaú BBA	Planner Trustee DTVM Ltda.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2011			31/12/2010		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2012	-	-	-	316.267	(2.814)	313.453
2013	332.042	(3.566)	328.476	285.862	(2.569)	283.293
2014	206.143	(2.246)	203.897	159.962	(1.389)	158.573
2015	113.139	(1.596)	111.543	74.124	(691)	73.433
2016	60.474	(1.387)	59.087	24.727	(260)	24.467
2017	248.144	(6.582)	241.562	24.727	(260)	24.467
	959.942	(15.377)	944.565	885.669	(7.983)	877.686

O contrato da controlada indireta Ecovias requer a manutenção de índices financeiros menores ou igual a 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com EBITDA e índices financeiros maiores ou igual a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no exercício), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2010, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada direta EcoRodovias Concessões requer a manutenção de índices financeiros menores ou igual a 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 3,0 pontos em relação ao EBITDA e a despesa financeira líquida e dívida líquida menor ou igual a R$800.000 com base não consolidada, tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A Companhia como fiadora deve obter manutenção do índice financeiro menor ou igual a 3,0 pontos obtidos pela razão entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses em base consolidada.

O contrato da controlada direta Elog S.A. requer a manutenção de índices financeiros em que a relação da dívida líquida e do EBITDA deve ser inferior a 2,5 pontos, o EBITDA superior a R$130.000 e o índice de cobertura de serviços de dívida superior ou igual a 1,2 ponto. Os índices serão apurados semestralmente, com base no balanço consolidado da emissora por um período de quatro semestres consecutivos. Para as debêntures foram oferecidos avais com garantia de liquidação pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. Os "covenants" serão exigidos após os índices financeiros serem atingidos com base nas demonstrações financeiras por quatro semestres consecutivos.

O contrato da controlada indireta Ecopistas requer a manutenção dos índices financeiros menores que 4,0 pontos obtidos pela razão entre dívida líquida e EBITDA ajustado dos últimos 12 meses, e maiores que 1,2 ponto. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Elog S.A. (*)	Série única	20/12/10	136.000	(1.685)	134.315	CDI + 2,20%	14,60%
EcoRodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	21/12/09	460.750	(6.308)	454.442	CDI + 1,50%	CDI + 2,00%
	Debêntures - 2ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75% + IPCA	9,39% + IPCA
	Debêntures - 3ª série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75% + IPCA	9,37% + IPCA
Ecovias	Debêntures - 1ª série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104,00% do CDI	107,00% do CDI
	Debêntures - 2ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,50% + IGP-M	10,32% + IGP-M
	Debêntures - 3ª série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	9,50% + IGP-M	10,35% + IGP-M
			1.186.000	(18.824)	1.167.176		

(*) O valor total da captação das debêntures da controlada direta Elog S.A. foi de R$170.000 (R$136.000 são referentes a 80% da participação da EcoRodovias).

22. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo não circulante:				
Concessionárias de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	36	33	-	-
Consórcio Serra do Mar	-	-	-	260
	36	33	-	260

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Passivo:				
Consórcio Planalto (a)	-	-	-	7
SBS Engenharia e Construções Ltda. (b)	-	-	260	-
Consórcio Serra do Mar (c)	-	-	1.090	-
CR Almeida S.A. Engenharia e Obras (d)	-	-	-	87
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	-	-	66	35
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	-	-	371	271
	-	-	1.787	400
Resultado:				
SBS Engenharia e Construções Ltda. (b)	-	-	367	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (e)	-	384	-	-
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (f)	-	-	30	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (f)	-	-	24	-
	-	384	421	-

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

(a) O Consórcio Planalto, formado pelas partes relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias, presta serviços de ampliação da "Nova" Marginal Tietê, recuperação do pavimento flexível na Rodovia Ayrton Senna e contratação de serviços emergenciais de contenção de encosta. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Planalto é de R$54.625, incluindo o aditivo contratual, deste total, foram incorridos R$54.282, e há um saldo de R$343 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária e não foram concedidas garantias aos credores.

(b) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenção nas rodovias das controladas Ecosul e Ecovia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R$40.985 e entre a Ecovia e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R$44.000, incluindo aditivo contratual em ambos os contratos, deste total, foram incorridos R$35.547, e há um saldo de R$8.453 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, não foram concedidas garantias aos credores e a contratação de serviços emergenciais de contenção de encosta.

(c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a controlada indireta Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R$229.957, incluindo aditivo contratual, deste total, foram incorridos R$183.224, e há um saldo de R$46.733 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

(d) A CR Almeida Engenharia de Obras S.A., empresa relacionada à EcoRodovias, presta serviços de recuperação de pavimentos flexíveis nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a concessionária e a CR Almeida é de R$7.517. O término do contrato foi em fevereiro de 2010 e há um saldo de R$286 a incorrer com ele. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, não foram concedidas garantias aos credores e a contratação de serviços emergenciais de contenção de encosta.

(e) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul; o valor mensal do aluguel é de R$36.

(f) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formadas pelas partes relacionadas da controladora indireta EcoRodovias: C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Concessionárias das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas e Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R$24.019, incluindo o aditivo contratual, deste total, foram incorridos R$3.230, e há um saldo de R$20.789 de serviços a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária e não foram concedidas garantias aos credores.

(g) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R$114.204, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia e de suas controladas, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) plano de opção com base em ações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2011 em R$12.515 (R$10.476 para o exercício de 2010).

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Salários e ordenados	6.032	4.960
Plano de opção com base em ações (vide nota explicativa nº 28.h))	2.086	-
Benefícios diretos e indiretos	4.397	5.516
	12.515	10.476

23. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores registrados como provisão para manutenção referem-se à manutenção da infraestrutura rodoviária, ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,73% ao ano. Os valores são provisionados por trecho de rodovia, e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2010	Adição	Baixa	Efeito financeiro	31/12/2011
Constituição da provisão para manutenção	338.606	98.186	-	-	436.792
Efeito valor presente sobre constituição	(79.351)	-	-	(18.094)	(97.445)
Realização da manutenção	(146.572)	-	(68.040)	-	(214.612)
Ajuste a valor presente - realizações	32.171	-	-	14.639	46.810
	144.854	98.186	(68.040)	(3.455)	171.545
Circulante	24.337				38.286
Não circulante	120.517				133.259

24. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os valores provisionados para construção de obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas que variam entre 9,62% e 11,73% ao ano.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2010	Baixa	Efeito financeiro	31/12/2011
Constituição da provisão para obras futuras	21.078	-	-	21.078
Efeito a valor presente sobre constituição	(10.011)	-	-	(10.011)
Realização da construção	-	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	5.962	-	1.665	7.627
	17.029	(4.238)	1.665	14.456
Circulante	10.143			12.527
Não circulante	6.886			1.929

25. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

	31/12/2011	31/12/2010
Parcelas fixas	69.390	72.050
Parcelas variáveis	2.791	2.587
	72.181	74.637
Circulante	17.082	15.205
Não circulante	55.099	59.432

Conforme o contrato de concessão da controlada indireta Ecovias firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M. Em 31 de dezembro de 2011, restam 76 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 68,33% do total (62,92% em 31 de dezembro de 2010).

De acordo com o contrato de concessão da controlada indireta Ecopistas firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo é subdividido em uma parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 31 de dezembro de 2010, todas as parcelas haviam sido pagas.

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação nas controladas indiretas Ecovias e Ecopistas e 1% na Ecosul.

As controladas indiretas Ecovias e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro dos tipos de riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	31/12/2011	31/12/2010
2012	-	11.553
2013	12.477	10.842
2014	11.394	9.901
2015	10.406	9.042
2016	9.503	8.258
Posteriores a 2017	11.319	9.836
	55.099	59.432

O Poder Concedente elaborou e a controlada indireta Ecovias concordou com o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA; no entanto, as demais correções utilizadas pela Concessão serão mantidas pelo IGP-M. Se verificado o desequilíbrio econômico da Concessão, poderá haver o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação ainda deve ser aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes.

26. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Salários e outras obrigações a pagar	4.005	3.351	10.630	16.739
INSS a recolher	175	173	2.537	1.958
FGTS a recolher	63	60	966	567
IRRF a recolher	262	259	1.324	988
Provisão de férias	741	741	10.529	6.113
Contribuição sindical a recolher	1	-	59	25
Encargos sobre provisões	258	265	4.309	2.273
	5.505	4.849	30.354	28.663

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas "Custos dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

27. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os diversos processos em andamento são de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião dos advogados e consultores legais da Companhia.

A movimentação e o saldo entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são como segue:

Natureza	31/12/2009	Adições	Saldos recebidos na aquisição de novas empresas (*)	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2010
Cível (a)	14.304	16.032	1.521	(2.334)	1.745	31.268
Tributária (b)	1.340	503	337	(1.362)	45	863
Trabalhista (c)	9.183	2.980	5.078	(2.830)	1.137	15.548
	24.827	19.515	6.936	(6.526)	2.927	47.679

(*) Saldos recebidos na aquisição das empresas Elog Sudeste S.A. e Elog Logística Sul.

Natureza	31/12/2010	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2011
Cível (a)	31.268	5.372	(11.958)	5.252	29.934
Tributária (b)	863	2.027	(221)	105	2.774
Trabalhista (c)	15.548	13.009	(10.734)	2.103	19.926
	47.679	20.408	(22.913)	7.460	52.634

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outras provisões para perdas de natureza cível, totalizando R$19.799 em 31 de dezembro de 2011 (R$10.990 em 31 de dezembro de 2010), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Na operação de logística encontram-se principalmente processos envolvendo pleitos de indenização por avarias ou perdas, oriundos de sinistros ocorridos na operação de logística. A Companhia constitui provisão para os processos avaliados como perda provável no total de R$790.

- Ecopátio Logística - ação civil pública

  Refere-se à ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de SP contra a Ecopátio, Clermont Silveira Castor, Markom - Comércio e Participações Ltda. e Municipalidade de Cubatão, distribuída sob o nº 2007.002117-7 (31 de agosto de 2007) à 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Cubatão - SP.

  No mérito da ação, discute-se: (i) a declaração de inadimplemento contratual envolvendo as partes da concessão anterior (Markom); (ii) a declaração da necessidade de licitação no que se refere à concessão à Ecopátio; e (iii) a declaração de nulidade do termo de transferência e aditamento de contrato de concessão dos direitos reais de uso do imóvel do município de Cubatão - SP.

  Em 29 de maio de 2007, a liminar foi deferida em parte pelo MM. Juiz para determinar a cessação das atividades no local, sob pena de multa. A referida liminar foi parcialmente cassada pelo Tribunal de Justiça.

  Em 18 de outubro de 2010, foi despachada petição solicitando o reconhecimento dos efeitos do julgamento de ação popular movida por José Pereira e, por consequência, a sua extinção. O Juiz não acolheu o pedido de extinção da demanda, mas revogou a liminar concedida no início da ação, permitindo a realização de todos os investimentos previstos no contrato de concessão.

  Contra a decisão que não extinguiu a demanda foi interposto recurso de Agravo de Instrumento (em 6 de julho de 2011). Em 14 de dezembro de 2011, esse recurso foi julgado a favor da Ecopátio, determinando a extinção da ação civil pública, sem apreciação do mérito, considerando que a decisão definitiva da ação popular movida por José Pereira já apreciou matéria idêntica. Aguarda-se a publicação desse acórdão, após esse fato será iniciada a contagem do prazo para interposição de recursos pela Procuradoria de Justiça.

  A probabilidade de perda dessa demanda é remota.

(b) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2011, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R$12.944 (R$12.465 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários são conforme segue:

(i) Processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada

em dezembro de 2009, e o auto foi julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias, para reduzir o valor originalmente discutido de R$81.000 para R$11.400, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e são possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.

(ii) Processos administrativos fiscais decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais.

Para a operação de logística, existem outros processos de natureza tributária que totalizam R$446, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão, sendo o principal processo tributário o que segue:

(iii) Processo administrativo decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil imputando alíquotas de 50% de Imposto de Importação - II e de 50% de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre base de cálculo arbitrada, alegando descrição genérica de produtos, além de extravio ou consumo de mercadorias importadas por terceiros, totalmente desvinculados e distintos da Companhia, mera prestadora de serviços de armazenagem e sem relação alguma com a operação de importação desses terceiros. O valor está previsto em R$15.357. O processo encontra-se em análise no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e não houve constituição de provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2011, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R$13.709, dos quais R$10.967 (80% referentes à participação da Companhia) se referem à operação de logística (R$18.833 em 31 de dezembro de 2010), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A Companhia possui uma ação de responsabilidade subsidiária referente à reclamação trabalhista contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., empresa pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da Companhia). A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, sendo o valor da condenação atualizado em 31 de dezembro de 2011 de R$5.192 (R$5.192 em 31 de dezembro de 2010). Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Os consultores legais e a Administração avaliam a causa como perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão. Em 1º de agosto de 2011, a Ecocataratas ofereceu carta de fiança pela qual o Banco Bradesco S.A. afiançou o valor da execução de R$6.439.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado de R$1.320.549 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

c) Oferta pública de ações

Em 6 de abril de 2010, o capital social foi integralizado em R$874.000, mediante a oferta pública de 92.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal, no valor unitário de R$9,50. Como consequência, o capital social da Companhia passou de R$466.699 para R$1.320.549, mediante a emissão de 92.000 ações ordinárias.

Descrição	2011
Ações primárias	92.000
Preço de emissão - R$	9,50
Aumento de capital	874.000
Ações secundárias	33.220
Lote suplementar - secundária	18.783

De acordo com o Contrato de Adesão assinado com a BMF&BOVESPA, a Companhia cumpriu o requisito de que 25% de ações de sua emissão estejam em circulação no mercado.

Em 30 de abril de 2010, o Coordenador Líder exerceu a opção exclusiva que lhe foi outorgada pela Companhia e por seu acionista Primav Construções e Comércio S.A., para a distribuição de um lote suplementar de ações (“ações do lote suplementar”), tendo sido colocadas 18.783.000 ações de titularidade unicamente da Primav Construções e Comércio S.A. (ações secundárias), nas mesmas condições e preço da oferta inicial das ações. Esse lote suplementar foi destinado exclusivamente a atender ao excesso de demanda. A oferta totalizou R$1.368.028.

d) Custos de captação

São os gastos relativos à oferta pública de ações. Esses gastos incorridos totalizaram R$20.150 (R$20.150 em 31 de dezembro de 2010), líquidos dos efeitos fiscais.

e) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo é de R$90.751.

f) Reserva de retenção de lucros - dividendos e orçamento de capital

A reserva de retenção de lucros em 2011 foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos em orçamento de capital que será submetido à Assembleia Geral Ordinária, e também para proposta de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

O valor constituído para reserva de orçamento de capital foi de R$172.358 e para constituição da reserva de dividendos foi de R$51.430.

g) Dividendos propostos

De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituição da reserva legal prevista em lei e da reserva estatutária.

O cálculo dos dividendos é como segue:

	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	383.017
Reserva legal (5%)	(19.151)
Base de cálculo dos dividendos	363.866
Proposta da Administração:	
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	90.967
Dividendos intermediários pagos	140.078
Orçamento de capital	172.358
Dividendos adicionais propostos - classificados como reserva de lucros	51.430

h) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aos diretores e empregados. O Conselho de Administração é o responsável por definir e administrar o referido plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da Companhia de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos da Companhia. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela Companhia, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de opção de compra de ações (“contrato”), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da Companhia, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia.

O Conselho de Administração disponibilizou 1.897.809 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1ª Outorga 31/08/2010	2ª Outorga 21/03/2011
Quantidade de opções de ações	685.764	1.212.045
Preço de exercício - R$ por ação	R$9,95	R$12,80
Índice de reajuste	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" o valor de R$2.086.

A Companhia efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª Outorga	2ª Outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	685.764	-	685.764
Outorgadas	-	1.212.045	1.212.045
Exercidas	(21.942)	-	(21.942)
Canceladas	(17.553)	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011	646.269	1.212.045	1.858.314

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

Em 2011, foram exercidas 21.942 ações ordinárias, pelo preço médio de R$13,46 por ação.

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio de exercício por ação em R$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R$	Total	Prazo para exercer
2011	10,73	171.441	2,16	370	11 meses
2012	12,07	474.452	4,42	2.097	23 meses
2013	12,07	474.452	5,79	2.747	35 meses
2014	12,07	474.452	6,98	3.312	47 meses
2015	13,41	303.012	3,66	1.109	59 meses
		1.897.809	4,60	9.635	

As condições para exercício das opções estão demonstradas a seguir:

Condições	Prazo
25% das opções (do total de 1.897.809 ações)	Após 12 meses de prestação de serviço
25% das opções (do total de 1.897.809 ações)	Após 24 meses de prestação de serviço
25% das opções (do total de 1.897.809 ações)	Após 36 meses de prestação de serviço
25% das opções (do total de 1.897.809 ações)	Após 48 meses de prestação de serviço

i) Reserva de capital

Em 31 de agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de ações. Esta recompra ocorrerá sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, observados:(1) as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis, em especial o artigo 30, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1980 (alterada pela Instrução CVM nº 10); (2) o artigo 14, inciso XIV, do Estatuto Social da Companhia; e (3) os termos e as condições a seguir:

- Prazo: 365 dias a contar de 31 de agosto de 2010.
- Quantidade de ações em circulação no mercado: 144.003.000 ações ordinárias em circulação no mercado
- Quantidade de ações a serem adquiridas: serão adquiridas, no máximo, 4.000.000 de ações ordinárias.
- A Companhia mantém em tesouraria 149.302 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 31 de dezembro de 2011, no valor de R$2.011. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 29 de dezembro de 2011, é de R$2.045.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados no valor de R$31.224, transferido para a rubrica “Reserva de capital”, conforme determinado em Estatuto Social.

j) Participações dos acionistas não controladores

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício	6.664	3.088
Participação nos lucros do exercício	4.549	3.744
Efeito na participação dos acionistas não controladores	(8.172)	(168)
Saldo no fim do exercício	3.041	6.664

29. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Ecovias

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A controlada indireta iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder Concedente, compensou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o valor de R$32.455 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do reequilíbrio econômico-financeiro até 31 de dezembro de 2011, o valor total compensado foi de R$241.659 (R$200.368 em 31 de dezembro de 2010).

30. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	664.295	643.863
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	586.058	459.179
Vale-pedágio e pedágio em cupons	135.868	127.321
Outras	3.437	2.897
	1.389.658	1.233.260
Receitas com construção	199.435	174.700
Receita de logística e de prestação de serviços (b) e (d)	342.185	72.103
Receitas acessórias (c)	53.835	48.184
Receita bruta	1.985.113	1.528.247
Deduções de receita	(157.742)	(100.639)
Receita líquida	1.827.371	1.427.608

(a) Refere-se às receitas de prestação de serviços da controlada em conjunto Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP relativas a taxas de adesão e manutenção de pedágio eletrônico.

(b) Refere-se às receitas das empresas de logística relativas ao pátio de estacionamento de caminhões, depósito e reparos de contêineres e de Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação - Redex.

(c) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

(d) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

31. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora (BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Pessoal	20.653	19.416
Conservação e manutenção	548	478
Serviços de terceiros	14.596	12.888
Seguros	111	512
Depreciação e amortização	999	850
Locação	1.759	1.339
Outros	2.727	2.563
	41.393	38.046
Classificados como-		
Despesas gerais e administrativas	41.393	38.046

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010
Pessoal	212.373	131.220
Conservação e manutenção	69.697	66.481
Serviços de terceiros (*)	143.755	81.480
Seguros	13.090	12.153
Depreciação e amortização	168.230	140.445
Poder Concedente	48.363	37.598
Outros	61.285	51.976
Locação	42.383	11.704
Provisão para manutenção	80.312	48.184
Custo de construção de obras	199.435	174.700
	1.038.923	755.941
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	810.823	623.618
Despesas gerais e administrativas	228.100	132.323
	1.038.923	755.941

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

32. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	28.663	57.215	95.586	86.307
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	6.355	1.216
Outras	1.687	1.863	5.388	3.028
	30.350	59.078	107.329	90.551
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	-	-	(153.756)	(112.188)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(2)	(34.246)	(62.933)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(49.918)	(46.276)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(9.548)	(29.773)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	-	(4.715)	(3.574)
Despesas bancárias	(40)	(364)	(2.669)	(3.802)
Ajuste a valor presente - interpretação técnica ICPC 01	-	-	(16.304)	(17.568)
Outras	(3.089)	(1.590)	(19.253)	(13.897)
	(3.129)	(1.956)	(290.409)	(290.011)
Resultado financeiro, líquido	27.221	57.122	(183.080)	(199.460)

33. LUCRO POR AÇÃO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,68	1,12	0,68	1,12
Lucro diluído por ação das operações continuadas	0,68	1,12	0,68	1,12

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	383.017	590.295	383.017	590.295
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	560.420	528.718	560.420	528.718

b) Lucro diluído

O lucro utilizado na apuração do lucro por ação diluído é o seguinte:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	383.017	590.295	383.017	590.295

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído é conciliada com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	558.699	528.032	558.699	528.032
Opções de empregados	1.721	686	1. 721	686
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	560.420	528.718	560.420	528.718

34. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia e suas controladas têm como política a administração de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a participação nos lucros e resultados foi de R$7.055 (R$4.403 em 31 de dezembro de 2010), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

35. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados nas notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21, deduzidos pelo caixa e saldos de caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações dos acionistas não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 28).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

   A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não apresentavam saldo de ativo ou passivo relevante denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

   A Companhia, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA, do IGP-M e do CDI, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

   Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como ativos mantidos para negociação.

- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários-vinculados: são formados por CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,00% e 105,31% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Dívida (a)	-	-	1.676.162	893.634
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(87.066)	(370.287)	(671.858)	(902.454)
Dívida líquida	(87.066)	(370.287)	1.004.304	(8.820)
Patrimônio líquido (b)	1.882.060	1.781.203	1.882.060	1.781.203
Índice de endividamento líquido	(0,05)	(0,21)	0,53	(0,005)

(a) A dívida é definida como empréstimos circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas notas explicativas nº 19, nº 20 e nº 21.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	33.378	33.378
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	176.505	176.505
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	638.480	638.480
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	131.851	131.851
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	350.307	347.306
Arrendamento mercantil financeiro	Outros passivos financeiros	2.657	2.657
Debêntures (d)	Outros passivos financeiros	1.323.199	1.329.219
Credor pela concessão (d)	Outros passivos financeiros	72.181	89.945

(a) Os saldos de clientes e fornecedores possui prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproxima-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(c) Calculados através de fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer.

(d) Calculadas através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme preço unitário - PU atualizado em 31 de dezembro de 2011.

(e) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica “Credor pela concessão”.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados.

a) Riscos da taxa de câmbio

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela controlada indireta Ecopátio Logística Cubatão Ltda., com quem possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2011, as controladas indiretas Ecopátio Logística Cubatão Ltda., Elog Logística Sul Ltda. e Elog Sudeste S.A. possuem os seguintes contratos em moeda estrangeira:

	31/12/2011	
Credor	R$	Moeda
Nordea Bank Finland PLC	576	US$
Nordea Bank Finland PLC	3.889	€
Citibank	13.421	US$

b) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R$58.360 (R$44.481 em 31 de dezembro de 2010), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	2012	2013	2014	2015 em diante
BNDES	TJLP + 7,40% a.a.	17.311	16.022	15.907	82.974
Capital de giro	CDI + 2,03% a.a.	13.358	12.971	13.238	-
Capital de giro	108,99% do CDI	122.556	-	-	-
Capital de giro	TJLP + 3,90% a.a.	59	59	-	-
Finame	TJLP + 5,46% a.a.	806	830	819	955
Cédula de Crédito Imobiliário	14,51% a.a.	159	94	100	-
Cédula de Crédito Imobiliário	IPCA + 7,20% a.a.	2.066	3.983	3.401	24.754
Equipamentos (moeda estrangeira)	VC + 8,22% a.a.	1.628	1.463	865	509
Capital de giro (moeda estrangeira)	Libor + 4,20% a.a.	3.177	3.414	3.414	3.417
Debêntures	IGP-M + 9,50% a.a.	117.748	125.625	92.493	-
Debêntures	IPCA + 8,50% a.a	248.260	178.403	86.956	338.829
Debêntures	CDI + 2,20% a.a.	12.626	24.448	24.448	73.363
Credor pela Concessão	IGP-M	16.233	12.477	11.394	31.228
Arrendamento mercantil financeiro	17,36% a.a.	2.016	576	65	-

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

		Juros a incorrer		
Operação	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	13.157	15.524	17.862
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	51.139	55.851	60.560
Juros sobre a 1ª, 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IPCA	95.148	109.407	123.566
Juros sobre a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries das debêntures	Alta do IPCA	328.555	355.984	396.522
Juros sobre debêntures - série única	Alta do CDI	65.587	78.934	92.111
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	10.840	13.056	15.263
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	8.338	10.422	12.506

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2011 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

Risco de mudança nas taxas de câmbio

		Juros a incorrer		
Operação	Risco	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do US$	1.640	1.848	2.048
Empréstimos e financiamentos	Alta do EUR	504	568	581

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	11,60%	14,50%	17,40%
IGP-M (b)	5,10%	6,38%	7,65%
IPCA (c)	6,50%	8,13%	9,75%
TJLP (d)	1,97%	2,46%	2,96%
US$ (e)	1,8758	2,3448	2,8137
EUR (f)	2,4342	3,0428	3,6513

(a) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2011.

(b) Refere-se à taxa do IGP-M em 31 de dezembro de 2011.

(c) Refere-se à taxa do IPCA em 31 de dezembro de 2011.

(d) Refere-se à TJLP em 31 de dezembro de 2011.

(e) Refere-se à taxa do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2011.

(f) Refere-se à taxa do euro em 31 de dezembro de 2011.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

36. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o empregado contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do empregado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R$1.080 (R$1.044 em 31 de dezembro de 2010), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

37. SEGUROS CONTRATADOS - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2011, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura
Seguro-garantia	R$583 milhões
Empilhadeiras e equipamentos	R$2,5 milhões
“All Risk” - responsabilidade civil	R$1,5 milhões
“All Risk” - patrimoniais e danos materiais	R$5,3 milhões
Seguro-sede	R$5 milhões
“All Risk” - perda de receita	R$1,3 milhões
Veículos	Tabela FIPE
“All Risk” - risco de engenharia	R$146 milhões

38. CONTRATOS DE CONCESSÃO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias pelo período de 24 anos, sendo a vigência da concessão até novembro de 2021, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, sendo de R$60 mensais do início até o 11º ano e de R$66 mensais do 12º ano até o final do contrato.

b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga pelo valor de R$10 mensais até o 11º ano e de R$11 mensais do 12º ano ao final do contrato.

c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Ecovia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Receita de construção	23.632	22.195
Custos de construção	(23.632)	(22.195)
	-	-

De acordo com o contrato de concessão, a Ecovia não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágio.

Em 21 de dezembro de 2006, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no total de R$87.000 (R$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M.

- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Ecovias foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Receita de construção	73.343	44.561
Custos de construção	(73.343)	(44.561)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecovias estão estimados em R$433.613 (R$517.075 em 31 de dezembro de 2010).

Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) em 15 de dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará a revisão contratual em base anual perante o Poder Concedente, para verificação de existência

de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, através de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do Secretário Estadual de Logística e Transportes.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da Concorrência Pública Internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. Com relação a esse contrato de concessão, diversos aspectos estão sendo discutidos, inclusive judicialmente, desde o final do ano 2002, pela Administração da Ecocataratas e pelo Governo do Estado do Paraná.

O prazo de duração da Ecocataratas é indeterminado, mas será estendido, no mínimo, pela vigência de 24 anos da concessão (o prazo final da concessão é 13 de novembro de 2021).

Em 7 de fevereiro de 2008, a Ecocataratas teve seu controle acionário adquirido pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., com transferência de 100% das ações representativas do capital social.

A Ecocataratas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R$77 durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de dezembro de 2011, a parcela reajustada é de R$216.

b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):

- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.

- 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.

- 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.

- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Os bens que integram a concessão são as rodovias e os trechos rodoviários de acesso que compõem o sistema, compreendendo todas as edificações e demais bens móveis e imóveis que poderão ser cedidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem - DER à Ecocataratas, de forma provisória, para que não ocorram interrupções nos serviços.

O contrato de concessão da Ecocataratas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Receita de construção	6.437	929
Custos de construção	(6.437)	(929)
	-	-

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do exercício.

De acordo com o contrato de concessão, a Ecocataratas não possui compromissos futuros; as obras realizadas são para manutenção do sistema rodoviário.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009, sendo a vigência do contrato até junho de 2039, e tem como objeto social, pelo regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo:

a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.

b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.

c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.

d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.

e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.

f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.

g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Ecopistas assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R$595.157 (R$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante a ser pago em 18 parcelas mensais.

Sempre que houver direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, ela será implantada tomando como base os efeitos dos fatos que lhe deram causa, por meio de:

a) Prorrogação do prazo de concessão.

b) Revisão tarifária.

c) Revisão do cronograma de investimentos.

d) Utilização do ônus fixo.

e) Emprego de verbas do tesouro.

f) Utilização conjugada de uma ou mais modalidades.

Os bens integrantes da concessão são todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à exploração e manutenção do sistema existente, transferidos à concessionária, bem como os bens adquiridos pela concessionária, ao longo de todo o prazo da concessão, utilizados na exploração do sistema rodoviário.

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário, transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão.

O contrato de concessão da Ecopistas foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das obrigações, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim, porém os serviços prestados pela Ecopistas não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial, decretando a rescisão do contrato.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Receita de construção	64.478	89.057
Custos de construção	(64.478)	(89.057)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecopistas estão estimados em R$329.633 (R$387.702 em 31 de dezembro de 2010).

Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, tendo a assinatura de seu contrato de concessão ocorrido em 15 de julho de 1998, o início de suas operações em 24 de julho de 1998 e o início da cobrança de pedágio em 4 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos (a partir do início da cobrança de pedágio) e mediante a cobrança de pedágio, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do exercício de concessão em março de 2026, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Taxa de fiscalização: é calculada pela aplicação de 1% sobre a receita de arrecadação de pedágio, sendo provisionada mensalmente em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 623,8 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

O contrato de concessão da Ecosul foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que ela tenha o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Receita de construção	31.546	17.958
Custos de construção	(31.546)	(17.958)
	-	-

Em 31 de dezembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Ecosul estão estimados em R$70.475 (R$103.569 em 31 de dezembro de 2010).

Não ocorreram mudanças no contrato de concessão no decorrer do exercício.

39. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA E ECOCATARATAS

As controladas Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. e Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão de ambas é novembro de 2021). A anterior Administração do Governo do Estado do Paraná buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2009, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou recursos em instância superior, ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminares, a maioria já confirmada em todas as instâncias, parte por meio de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de duas leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias a categorias determinadas de usuários das rodovias. Em ambos os casos, as decisões judiciais nas ações que discutiram a validade de tais leis foram favoráveis às concessionárias, inclusive com trânsito em julgado no mandado de segurança impetrado em razão da lei que pretendia isenção tarifária aos veículos emplacados nos municípios das praças de pedágio. Tanto a Ecovia quanto a Ecocataratas buscam, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os contratos de concessão de cada uma delas, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela anterior Administração Estatal. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, isto é, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

40. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se a transações de integralização de capital, incorporação de empresas e aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativas nº 14 e nº 15.

41. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO (IFRS E BR GAAP)

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (“Chief Operating Decidion-Maker - CODM”).

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul.

b) Logística

Os sistemas logísticos são formados pela integração entre as concessões rodoviárias do Grupo e situadas em áreas estratégicas do território brasileiro com plataformas logísticas, que visam integrar terminais logísticos intermodais, terminais portuários, terminais retroportuários, centros de distribuição, recintos alfandegários e portos, bem como a prestação de serviços integrados de logística, sempre buscando um diferencial de valor agregado.

c) "Holding" e serviços

Referem-se a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

O segmento compreende a operação dos serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento Sem Parar, Via Fácil e Onda Livre. Responsável pela implementação do sistema de Identificação Automática de Veículos - IAV no Brasil.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma em 31 de dezembro de 2011:

- Concessões: 80,84%.
- Logística: 16,58%.
- "Holding" e serviços: 2,58%.

As práticas contábeis de cada segmento são as mesmas descritas na nota explicativa nº 2. O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relacionada aos segmentos para 31 de dezembro de 2011 e de 2010. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas informações intermediárias, bem como as políticas contábeis aplicadas:

Contas de resultado

	31/12/2011					
	Receita líquida	Lucro (prejuízo) líquido	Depreciação e amortização	Receita financeira	Despesa financeira	Imposto de renda e contribuição social
Concessões	1.477.278	5.909	(132.904)	54.245	(237.762)	(193.423)
Logística	302.962	(15.876)	(30.641)	19.395	(47.949)	(12.643)
"Holding" e serviços	47.131	397.533	(5.752)	33.689	(4.698)	(11.556)
Consolidado	1.827.371	387.566	(169.297)	107.329	(290.409)	(217.622)

	31/12/2010					
	Receita líquida	Lucro (prejuízo) líquido	Depreciação e amortização	Receita financeira	Despesa financeira	Imposto de renda e contribuição social
Concessões	1.361.104	(2.746)	(128.945)	22.552	(274.625)	(156.393)
Logística	28.156	(4.637)	(7.020)	6.754	(11.969)	(1.088)
"Holding" e serviços	38.348	601.422	(4.480)	61.245	(3.417)	(18.465)
Consolidado	1.427.608	594.039	(140.445)	90.551	(290.011)	(175.946)

Contas patrimoniais

	31/12/2011			31/12/2010		
	Ativo não circulante	Ativo total	Passivo circulante	Ativo Não circulante	Ativo total	Passivo circulante
Concessões	1.059.304	1.486.058	674.492	1.205.454	1.494.893	861.472
Logística	537.116	671.296	90.441	474.945	788.406	168.970
"Holding" e serviços	1.682.385	1.999.083	96.898	1.416.895	1.882.477	82.529
Consolidado	3.278.805	4.156.437	861.831	3.097.294	4.165.776	1.112.971

42. EVENTOS SUBSEQUENTES

(a) A controlada direta Elog S.A. celebrou, em 5 de novembro de 2011, Contrato de Compra e Venda de Cotas da Maringá Armazéns Gerais Ltda. e Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda.

O valor total base da aquisição é de R$15 milhões, fundamentando-se na premissa de que as sociedades-alvo estarão livres de dívidas, passivos ou contingências. O contrato está sujeito a condições suspensivas e outras avenças, entre essas a aprovação da Secretaria da Receita Federal do Brasil para alteração do controle acionário.

Em 31 de dezembro de 2011, a operação não foi concluída devido às condições suspensivas do contrato.

(b) A Companhia comunicou ao mercado, em 18 de janeiro de 2012, em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, que foi declarada vencedora da Concorrência Pública de Concessão de Rodovia, Edital nº 001/2011 - BR-101/2011/ES/BA, promovida pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A tarifa de pedágio proposta foi de R$0,03391, com deságio de 45,63% sobre a tarifa-teto estabelecida pela ANTT. A Comissão de Outorga procederá à análise dos envelopes contendo os documentos de qualificação e o plano de negócios e, posteriormente, aguarda-se o decurso dos prazos para homologação do resultado do leilão pela ANTT e convocação para a assinatura do contrato de concessão.

43. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e de suas controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2012.

Declaração dos diretores

Após exame das demonstrações financeiras da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independetes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Marcelino Rafart de Seras
Diretor Presidente

Federico Botto
Diretor Vice-Presidente Executivo

Marcello Guidotti
Diretor de Finanças

Roberto Koiti Nakagome
Diretor de Relações com Investidores

Dario Rais Lopes
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Luis Augusto de Camargo Ópice
Diretor de Logística

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

Mensagem da Administração

O ano de 2011 foi marcado por importantes conquistas para a EcoRodovias, tanto no aspecto estratégico de posicionamento de mercado, sendo um dos mais eficientes grupos de infraestrutura logística do país, quanto na sua contínua busca pela ampliação de suas atividades empresariais. Com esse foco, o grupo concluiu a integração da Elog Sudeste e da Elog Sul (anteriormente denominadas Columbia e EADI Sul), empresas adquiridas em 2010, passando a ser controladas pela Elog, braço de logística da companhia. Como resultado dessa integração, além da área de logística passar a responder por quase 15% do faturamento do Grupo, a empresa ganhou eficiência. A Margem de EBITDA de logística passou de 5,0%, em 2010, para 18,5%, registrado em 2011, enquanto a Margem EBITDA do setor de concessões rodoviárias foi de 74,9% em 2011, crescimento de 1,4 ponto percentual em relação a 2010.

Os resultados positivos na logística podem ser medidos pela conquista de mercado, crescimento de margens, prestação de novos serviços, maior expertise em logística integrada e investimentos em expansão. Em novembro de 2011, a Elog celebrou Contrato de Compra e Venda de Cotas das empresas Maringá Armazéns Gerais Ltda. e Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda. Com o negócio, a companhia passará a contar, também, com recintos alfandegados com predominância de cargas aéreas, expandindo sua atuação em serviços logísticos integrados para a região norte do Estado do Paraná.

Nas concessões de rodovias, foram registrados 200,3 milhões de veículos equivalentes pagantes em 2011, o que correspondeu a um crescimento de 11,3% do tráfego consolidado do grupo em relação a 2010.

Desta forma, a receita bruta da companhia passou de R$ 1,5 bilhão para R$ 1,9 bilhão; 29,9% superior ao resultado de 2010. A receita líquida, no padrão contábil IFRS, foi 28,0% maior. O lucro líquido, desconsiderando os eventos não recorrentes em 2010, foi 30,9% superior ao ano anterior, atingindo R$ 387,6 milhões.

Sobre os novos negócios, a companhia continua acompanhando o desenvolvimento de novas licitações de concessões rodoviárias, sempre dentro da estratégia do grupo de atuar nos principais corredores de importação e exportação. Prova disso, foi que em janeiro de 2012, conquistou a concessão da BR-101 no estado do Espírito Santo, ligando o norte do Rio de Janeiro ao sul da Bahia. A assinatura do contrato deverá acontecer em julho deste ano. A nova concessão, com 475,9 quilômetros de extensão, tem um perfil estratégico, de integração regional, ligando o Sudeste ao Nordeste do país, tendo, ainda, próximos ao seu raio de influência três importantes portos – Vitória, Ilhéus e Açu. Com a conquista da BR-101, a empresa passa a administrar mais de 1.900 quilômetros de rodovias.

O grupo EcoRodovias também continua atento às oportunidades em portos e aeroportos, sempre com foco na rentabilidade de seus negócios, preservando, principalmente, a disciplina de capital e uma estrutura econômico-financeira que possibilite o crescimento sustentável da companhia. Vem reafirmar esse objetivo o fato de as ações da EcoRodovias passarem a

integrar a carteira de 2012 do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa, o ISE. Para a EcoRodovias, esse é o reconhecimento do mercado de que somos um grupo que busca os resultados de maneira sustentável, o que permeia o relacionamento com todos os seus stakeholders.

Para finalizar, não poderíamos deixar de agradecer aos nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento na superação das metas empresariais, aos nossos acionistas, sempre confiantes na gestão da companhia, aos conselheiros, que nos conduziram e nos apoiaram na realização de importantes conquistas, e ao apoio de nossos clientes, usuários, órgãos reguladores e demais instituições.

ADOÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Concessões Rodoviárias

Evolução do Tráfego: O tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes, nas concessionárias, apresentou um crescimento de 11,3% em 2011, quando comparado com 2010. Considerando o ajuste da bidirecionalidade nos veículos de passeio na Ecopistas, de 01 de janeiro a 17 de fevereiro de 2010, o crescimento consolidado dos 2011 foi de 9,2%. Os principais motivos para esta variação estão apresentados abaixo:

Veículos comerciais – apresentaram crescimento de 11,3% em 2011, quando comparados ao ano anterior. Em São Paulo, a movimentação de cargas no Porto de Santos foi afetada pelas exportações que registraram decréscimo de 2,0% (em toneladas) em 2011, quando comparadas a 2010. Essa variação foi impactada, principalmente, pelas exportações de açúcar que apresentaram retração de 12,8% (em toneladas) em 2011, conforme dados disponibilizados pelo Porto de Santos. Na Ecopistas, o forte crescimento de tráfego é reflexo da movimentação de cargas no eixo rodoviário entre a região do Vale do Paraíba e a cidade de São Paulo. No Paraná, o crescimento do tráfego comercial foi impulsionado pelo escoamento no Porto de Paranaguá da safra de soja regional e vinda do Paraguai. No Rio Grande do Sul, o Porto de Rio Grande atingiu 30.497 mil toneladas em 2011, 10,1% superior à 2010 devido, principalmente, ao crescimento do volume de embarque de soja, arroz e seus respectivos derivados, conforme dados divulgados pelo Porto.

Veículos de passeio – atingiram crescimento de 11,3% em 2011, quando comparados aos mesmos períodos do ano anterior. O crescimento foi suportado, principalmente, pelo forte fluxo de veículos de passeio nas regiões de turismo dos Estados aonde estão localizadas as concessionárias de rodovias. A indústria automobilística registrou 3.425 mil novos veículos leves licenciados em 2011 (3,6% superior a 2010).

TRÁFEGO (em milhares de veículos equivalentes)



Logística

O desempenho do setor de logística da EcoRodovias está dividido nos seguintes segmentos:

Zona Primária: composto pelas unidades Ecopátio Cubatão e CLIA Santos. No Ecopátio Cubatão, são oferecidos, atualmente, os serviços de REDEX - recinto especial para despacho aduaneiro de exportação, DEPOT - serviço de manutenção e armazenagem de contêineres vazios e pátio regulador de caminhões. No CLIA Santos, é oferecido o serviço de recinto alfandegado.

Em 2011, foram movimentados 89.172 contêineres na Zona Primária, 43,8% superior à 2010. O aumento se deve ao crescimento da movimentação de REDEX no Ecopátio Cubatão e à consolidação da Unidade CLIA Santos.

Portos Secos de Interior: composto pelas unidades de Campinas, Barueri, São Paulo e Curitiba, que oferecem os serviços de armazenagem e recinto alfandegado.

Em 2011, foram movimentados US$ 5.329,5 milhões (Valor FOB) nos Portos Secos de Interior da EcoRodovias, correspondente a 6,0% do valor total de importação movimentado nos Estados de São Paulo e Paraná.

Portos Secos de Fronteira: composto pelas unidades de Foz do Iguaçu, Uruguaiana, Jaguarão e Santana do Livramento que oferecem os serviços de recinto alfandegado nas fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai.

Em 2011, foram movimentados US$ 16.206,0 milhões (Valor FOB) nos Portos Secos de Fronteira da EcoRodovias, correspondente a 28,3% do valor total do intercâmbio comercial entre Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile.

Transporte: corresponde à prestação de serviços de transporte rodoviário para os clientes, por meio de frota própria, prestadores de serviços autônomos e frota terceirizada.

A receita advinda das operações de transporte representou 15% da receita do segmento de logística em 2011.

Centros de Distribuição: composto pelos Centros de Distribuição de Alphaville, Cajamar, Curitiba e Ecopátio Imigrantes, que oferecem os serviços de gestão de estoque de clientes.

Em 2011, a taxa de ocupação atingiu 98% do total de 106 mil m² disponíveis. Esta taxa é superior ao percentual considerado ideal, de 85%, que permitiria uma melhora da operação e produtividade na movimentação e armazenamento dos produtos.

STP – Sem Parar / Via Fácil

O total de tags instalados pelo sistema Sem Parar/Via Fácil atingiu 3.244 mil unidades em 31 dezembro de 2011, aumento de 26,6% em relação à 31 dezembro de 2010. Esse crescimento é sustentado pela cobertura de 94% das praças pedágio existentes e pelos 111 estacionamentos que aceitam o sistema. Do total de arrecadação consolidada de pedágios das concessionárias da EcoRodovias, 42,3% foi realizada através da cobrança eletrônica em 2011.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A Receita Bruta Consolidada, desconsiderando a Receita de Construção atingiu R$ 1.785,7 milhões em 2011. O aumento em relação a 2010 foi de 31,9%. Considerando a receita de construção, a Receita Bruta atingiu R$ 1.985,7 milhões em 2011, 29,9% superior ao de 2010.

Receita Bruta (em milhões de R$)	2011	2010	Var.
Concessões Rodoviárias	1.443,5	1.281,4	12,7%
Receita de Construção ICPC-01	199,4	174,7	14,2%
Logística	286,7	25,7	nm
Receita de Serviços	55,4	46,4	19,5%
CONSOLIDADO	**1.985,1**	**1.528,2**	**29,9%**
CONSOLIDADO excluindo Receita de Construção	**1.785,7**	**1.353,5**	**31,9%**

Concessões Rodoviárias

Receita de Pedágio: correspondeu a 70,0% da receita bruta consolidada em 2011. Considerando o crescimento do volume de tráfego pedagiado e os reajustes contratuais das tarifas de pedágios já comentados anteriormente, a receita bruta com arrecadação de pedágio consolidada atingiu R$ 1.389,7 milhões em 2011, 12,7% superior a 2010.

Receitas Acessórias: as receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos, outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias e serviços prestados pelo centro de serviços compartilhados. Em 2011, as receitas acessórias representaram 2,7% da receita bruta do grupo.

Receita de Construção: conforme estabelecida pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária gerou uma receita de R$ 199,4 milhões em 2011, 14,2% superior a 2010. A Companhia não reconhece margem de lucro nesta receita (margem igual a zero), sendo o valor correspondente ao mesmo contabilizado na conta de "Custo de Construção de Obras".

Logística (100%)

Receita da Zona Primária: as receitas provenientes das movimentações de contêineres ocorridas em 2011 alcançaram R$ 85,0 milhões e a tarifa média alcançou R$ 953.

Receita dos Portos Secos de Interior: as receitas provenientes da armazenagem e recinto alfandegado de interior alcançaram R$ 87,0 milhões em 2011.

Receita dos Portos Secos de Fronteira: as receitas resultantes dos serviços de recinto alfandegado nas fronteiras com Uruguai, Argentina e Paraguai alcançaram R$ 38,6 milhões em 2011.

Receita de Transporte: a receita advinda das operações de transporte rodoviário atingiu R$ 56,0 milhões em 2011.

Receita dos Centros de Distribuição: a receita dos serviços de gestão de estoque de clientes e locação de armazéns atingiu R$ 91,8 milhões em 2011.

STP - Sem Parar/Via Fácil

Receita de Serviços: a receita bruta da STP atingiu R$ 434,8 milhões em 2011 (+19,5% em relação a 2010). A participação acionária da EcoRodovias na STP é de 12,75%, o que corresponde a uma receita bruta de R$ 55,4 milhões em 2011, consolidada nas demonstrações financeiras.

RECEITA LÍQUIDA

A Receita Líquida consolidada, desconsiderando a Receita de Construção, atingiu R$ 1.627,9 milhões em 2011, 29,9% superior a 2010. As Deduções sobre a Receita Bruta atingiram R$ 157,7 milhões em 2011, representando 8,8% do total da receita bruta, desconsiderando a Receita de Construção, dos respectivos períodos. Considerando a Receita de Construção, a Receita Líquida de 2011 atingiu R$ 1.827,4 milhões, 28,0% superior ao registrado em 2010.

Receita Líquida (em milhões de R$)	2011	2010	Var.
Concessões Rodoviárias	1.338,4	1.191,0	12,4%
Receita de Construção ICPC-01	199,4	174,7	14,1%
Logística	242,4	23,6	n.m
Receita de Serviços	47,1	38,3	23,0%
CONSOLIDADO	**1.827,4**	**1.427,6**	**28,0%**
CONSOLIDADO excluindo Receita de Construção	**1.627,9**	**1.252,9**	**29,9%**

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2011, os custos e despesas consolidados atingiram R$ 1.038,9 milhões, frente aos R$ 755,9 milhões em 2010, variação de 37,4%.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas (em milhões de R$)	2011	2010	Var.
Ecorodovias Infra Estrutura e Logistica			
Consolidado de Concessões	747,2	667,9	11,9%
Consolidado Logística	223,4	27,7	n.m.
Holding e STP	68,3	60,3	13,3%
Ecorodovias Infra Estrutura e Logistica	**1.038,9**	**755,9**	**37,4%**

Os principais motivos das variações dos custos operacionais e despesas administrativas por negócio foram:

Concessões Rodoviárias

Os custos e despesas no setor de concessões rodoviárias apresentaram variação de 11,9% devido, principalmente: (i) ao aumento do número de colaboradores; e (ii) aumento da provisão de custo futuros de manutenção rodoviária e no custo de construção de obras, ambas decorrentes da aplicação das normas do IFRS/ICPC.

Logística

O aumento nos custos e despesas deveu-se, basicamente, à consolidação das empresas Elog Sudeste e Elog Sul.

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA Consolidado Ajustado atingiu R$ 1.037,6 milhões em 2011, com margem de 63,7%. O EBITDA ajustado é calculado desconsiderando as contas de receita e custo de construção e provisão para manutenção, introduzidas pela aplicação do IFRS. **No setor de Logística, destaque para a margem EBITDA da Elog que atingiu 18,5% em 2011**. O EBITDA Consolidado apurado, considerando o IFRS, foi de R$ 957,3 milhões em 2011, atingindo margem de 52,4%.

EBITDA IFRS (em milhões de R$)	2011	2010	Var.
CONSOLIDADO			
Lucro Líquido	387,6	594,0	-34,7%
Depreciação e Amortização	168,2	140,4	19,8%
Resultado Financeiro	183,1	199,5	-8,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	217,6	175,9	23,7%
Resultado de operações não recorrentes	-	(297,8)	-100,0%
Amortização de Investimentos	0,8	-	-
EBITDA IFRS	**957,3**	**812,0**	**17,9%**
Margem EBITDA IFRS	**52,4%**	**56,9%**	**-4,5 p.p.**

EBITDA Ajustado s/ IFRS (em milhões de R$)	2011	2010	Var.
EBITDA IFRS	**957,3**	**812,0**	**17,9%**
Receita de Construção	(199,4)	(174,7)	14,2%
Custo de Construção	199,4	174,7	14,2%
Provisão para Manutenção	80,3	48,2	66,6%
EBITDA Ajustado	**1.037,6**	**860,2**	**20,6%**
Margem EBITDA Ajustada	**63,7%**	**68,7%**	**-5,0 p.p.**

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido totalizou uma despesa de R$ 183,1 milhões (-8,2%) em 2011. Esta variação foi, basicamente, devido à redução dos juros sobre financiamento ocasionado pelo pagamento do financiamento de curto prazo (Notas Promissórias) e emissão de debêntures da concessionária Ecopistas e redução das variações monetárias dos Direitos de Outorgas das concessões ocasionado, principalmente, pelo término do pagamento da outorga fixa da Ecopistas em dezembro de 2010, restando, assim, apenas as correções do ônus da Ecovias dos Imigrantes para o 2011.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2011, a EcoRodovias apresentou lucro líquido de R$ 387,6 milhões, 30,9% superior ao lucro líquido ajustado, desconsiderando o ganho não recorrente de equivalência proveniente da venda de participação da Elog de R$ 297,8 milhões ocorrida em 2010. Considerando este ganho não recorrente, o lucro líquido foi 34,7% inferior em 2011.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

A EcoRodovias encerrou dezembro de 2011 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários de R$ 671,8 milhões. A dívida bruta da EcoRodovias atingiu R$ 1.676,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, redução de 5,4% quando comparado à 31 de dezembro de 2010.

Endividamento (em milhões de R$)	2011	2010	Var.
Curto Prazo	**541,7**	**768,6**	**-29,5%**
Empréstimos,financiamentos e arrendamentos	163,1	451,6	-63,9%
Debêntures	378,6	317,0	19,4%
Longo Prazo	**1.134,4**	**1.002,7**	**13,1%**
Empréstimos,financiamentos e arrendamentos	189,8	125,0	51,8%
Debêntures	944,6	877,7	7,6%
Endividamento bruto	1.676,1	1.771,3	-5,4%
Caixa e equivalentes de caixa	671,8	872,6	-23,0%
Endividamento líquido	**1.004,3**	**898,7**	**11,8%**

INVESTIMENTOS

Os investimentos consolidados realizados na EcoRodovias, em 2011, foram de R$ 370,2 milhões, 11,5% superior ao registrado em 2010.

No setor de concessões rodoviárias, o total de investimentos realizados em 2011 foi de R$ 299,8 milhões, superior em 2,4% em relação à 2010. As principais variações foram devido aos investimentos contratuais na Ecovias dos Imigrantes, Ecocataratas e Ecosul e o incremento de investimentos na EcoRodovias Concessões na atualização e melhorias nos sistemas operacionais e administrativos. No setor de logística, o valor de investimento realizado em 2010 foi de R$ 60,0 milhões decorrente das construções de infraestrutura nos Ecopátio Cubatão e melhorias nas empresas Elog Sudeste e Elog Sul.

CAPEX (em milhões de R$)	2011			2010			Var.
	Intangivel/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangivel/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Total
Concessões Rodoviárias							
Ecovias dos Imigrantes	75,3	41,2	**116,5**	52,2	41,2	**93,4**	**24,7%**
Ecopistas	67,4	-	**67,4**	107,3	-	**107,3**	**-37,2%**
Ecovia Caminho do Mar	28,2	-	**28,2**	25,8	9,3	**35,1**	**-19,7%**
Ecocataratas	10,6	22,6	**33,2**	3,8	22,6	**26,4**	**25,8%**
Ecosul - Rodovias do Sul	33,1	4,3	**37,4**	19,1	4,3	**23,4**	**59,8%**
EcoRodovias Conc. e Serviços	17,1	-	**17,1**	7,2	-	**7,2**	**137,5%**
Total	**231,7**	**68,1**	**299,8**	**215,4**	**77,4**	**292,8**	**2,4%**
Logística							
Ecopátio Logística Cubatão	28,6	-	**28,6**	6,9	-	**6,9**	**n.m**
Ecopátio Imigrantes	11,3	-	**11,3**	10,3	-	**10,3**	**9,7%**
Elog	12,7	-	**12,7**	13,4	-	**13,4**	**-5,2%**
Elog Sudeste/ElogSul	18,8	-	**18,8**	-	-	**-**	**n.m**
Total	**60,0**	-	**60,0**	**30,6**	-	**30,6**	**n.m**
Holding e STP							
Holding e STP	10,3	-	**10,3**	8,7	-	**8,7**	**18,4%**
CONSOLIDADO	**313,4**	**68,1**	**381,5**	**254,7**	**77,4**	**332,1**	**14,9%**

DIVIDENDOS

Ao longo do ano de 2011, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no valor total de R$ 285,6 milhões, sendo R$ 145,5 milhões de dividendos complementares referentes ao exercício de 2010 e R$ 140,1 milhões de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2011. A distribuição do exercício de 2011 está sujeita a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A EcoRodovias está comprometida em adotar as melhores práticas de governança corporativa, com a eficiência e a transparência de sua gestão e o firme propósito de criar valor para seus acionistas, uma vez que o objetivo é fazer com que as decisões sejam tomadas visando o melhor interesse da empresa a longo prazo.

Seguimos as práticas recomendadas pelo "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa" do IBGC, dentre as quais destacam-se: Código de Conduta Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração; transparência na divulgação dos resultados; cargos de presidente do conselho de administração e de executivo principal da companhia ocupados por pessoas diferentes; contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros; utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários; e política de divulgação de informações e manutenção de sigilo.

O Conselho de Administração é composto por oito membros, sendo dois independentes, e possuem mandatos unificados de dois anos. O Conselho de Administração conta com a assessoria dos comitês estatutários de Auditoria, de Gestão de Pessoas e de Governança, além dos comitês não estatutários de Ética e de Sustentabilidade.

A administração da companhia não possui vínculos com seus acionistas controladores e exercem uma gestão profissionalizada e compartilhada na busca sistemática de um consenso entre todos os seus membros, reforçando o conceito de órgão com decisões colegiadas.

GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo EcoRodovias conquistou, em 2011, o direito de permanecer por mais um ano no restrito grupo de empresas que se diferenciam no mercado pela excelência da sua gestão de pessoas. Pela terceira vez consecutiva, está entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa da Revista Exame/Você S.A., entre as 50 melhores empresas em IDHO – Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional e no Ranking das 100 Melhores Empresas para se Trabalhar pela Revista Época / Great Place to Work. A área de Recursos Humanos prioriza programas que visam ao bem estar dos colaboradores, com destaque para o Programa de Formação de Líderes, que busca o desenvolvimento de competências dos colaboradores.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A política socioambiental da EcoRodovias determina as tomadas de decisão com vistas ao crescimento sustentável. Para tanto, diretrizes foram desenvolvidas em âmbito interno e externo e com o apoio dos comitês de responsabilidade social existentes em cada uma das concessionárias de rodovias, aonde são levantadas e solucionadas pendências para se atingir um crescente nível de eficiência socioambiental. O Ecoviver, programa de responsabilidade socioambiental, voltado à educação ambiental de crianças e jovens inclui palestras para professores das escolas, instruindo os participantes em como trabalhar a questão do lixo em sala de aula e eventos que incluem a teoria dos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar). Desde 2006, quando foi criado, o projeto já atendeu cerca de 224 mil crianças em mais de 24 cidades nos estados de atuação da EcoRodovias. Além do Ecoviver, a EcoRodovias possui outros

programas de responsabilidade socioambiental, tais como: Papai Noel Existe - campanha de doação de brinquedos à crianças carentes, Usina de Asfalto Ecológico - produção de asfalto borracha que reutiliza pneus velhos que seriam descartados e causariam prejuízo ao meio ambiente, Viveiro de Mudas – mantido por portadores de necessidades especiais, produz 30 mil mudas ao ano, utilizadas em replantios e programas de redução de acidentes e saúde dos usuários das rodovias.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes prestou os seguintes serviços: Serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; Revisão dos controles internos; Revisão Especial das Informações Trimestrais preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; e auditoria contábil das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

São Paulo, 15 de março de 2012.

A Administração